

Relações entre Portugal e África de língua portuguesa: comércio, investimento e dívida (1973-1994)**

As relações económicas entre Portugal e as suas ex-colónias africanas (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) pautaram-se desde longa data e até 1974 por um tratamento preferencial (não isento de problemas e contradições) decorrente do tipo de relacionamento colonial. A publicação do Decreto-Lei n.º 44 016, de Novembro de 1961, pretendeu, agora de uma forma mais formal, criar uma zona de comércio livre a partir de 1962 entre Portugal e aqueles territórios: a integração económica nacional, ou o Espaço Económico Português¹.

Após a independência das ex-colónias portuguesas em África, aqueles vínculos preferenciais acabaram² e cada um destes novos países tomou opções políticas e económicas que determinaram as suas relações económicas externas. Simultaneamente, Portugal, que desde 1972 tinha em vigor um acordo de comércio com a CEE, enceta um processo de aproximação e, posteriormente, de integração nesse espaço económico europeu.

Diante destas duas novas realidades, o que terá ocorrido ao nível do relacionamento económico bilateral? Que impacto e alterações se verificaram, por exemplo, no comércio externo ou no investimento português?

1. BALANÇO DO COMÉRCIO EXTERNO PORTUGUÊS COM OS PALOP

1.1. O MERCADO DOS PALOP NO CONTEXTO AFRICANO

O fim do império colonial português em África durante o ano de 1975 abriu espaço para um novo relacionamento económico, quer com as ex-colónias (a partir

* Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

** O objectivo deste artigo não é analisar as consequências directas sobre a economia portuguesa ou estudar as formas de adaptação daí decorrentes. Pretende-se, isso sim, verificar as novas características das relações económicas bilaterais, fazer sobressair a manutenção ou alteração de estrutura, para o que se figura indispensável comparar a todo o momento a actual situação com a existente antes da independência das ex-colónias africanas. Tomaremos para o efeito como referencial histórico o ano de 1973.

¹ Sobre este assunto, v. o estudo aplicado ao caso específico de Angola: Ferreira (1990).

² Em Angola, por exemplo, a Lei n.º 15/77, de Setembro de 1977, determina no seu preâmbulo que «a partir de 11 de Novembro de 1975 (data da independência deste país) deixaram de ter qualquer fundamento os tratados preferenciais estabelecidos no campo aduaneiro por Portugal durante o colonialismo».

de agora denominadas países africanos de língua oficial portuguesa — PALOP), quer com os restantes países africanos com os quais Portugal mantinha ténues relações económicas em consequência do problema político colonial³.

O impacto e a importância da abertura destes novos mercados em África fizeram-se sentir de forma mais acentuada quando analisados pela óptica das importações portuguesas relativamente às exportações para este continente. De acordo com o quadro n.º 1⁴, constata-se que o mercado africano, excluindo os PALOP, absorveu apenas 1,1% das exportações totais portuguesas em 1973 e 1,6% e 2,2% em 1992 e 1993, respectivamente, enquanto contribuiu para o total das importações portuguesas com 1,5% em 1973 e 5% e 5,6% nos anos de 1992 e 1993.

A análise temporal deste comércio externo entre 1973 e 1993 permite verificar que logo após as independências dos PALOP os restantes mercados africanos ganharam peso relativo em consequência do preenchimento do «vazio» criado com a nova realidade política das independências das ex-colónias portuguesas.

Contudo, e à medida que os anos se passaram, uma maior aproximação foi encetada entre Portugal e os PALOP, o que conduziu de novo a uma posição ascendente por parte deste último conjunto de países no contexto africano (58,1% das exportações portuguesas para África em 1976 e 75,9% em 1992⁵). No caso das importações portuguesas é exactamente o inverso que ocorre, ou seja, de 86,5% das importações oriundas do continente africano em 1973, os PALOP passam para 36,3% em 1976, 5,9% em 1990 e 2,26% em 1993.

Comércio Portugal-África-PALOP Em milhares de contos

[QUADRO N.º 1]

	1973	1976	1980	1989	1990	1991	1992	1993
Exportação								
África	7 130	4 641	19 666	91 582	114 637	128 462	168 602	125 986
Percentagem total . . .	15,7	8,4	8,5	4,54	4,90	5,45	6,85	5,2
PALOP	6 641	2 697	13 812	67 453	79 439	98 357	128 002	74 038
Percentagem total . . .	14,6	4,8	5,9	3,35	3,4	4,2	5,2	3,0
Percentagem de África	93,1	58,1	70,2	73,6	69,2	76,5	75,9	58,7
Importação								
África	8 349	8 204	25 486	174 020	263 504	223 039	224 588	218 660
Percentagem total . . .	11,1	6,3	5,4	5,8	7,3	5,85	5,54	5,7
PALOP	7 222	2 981	2 185	10 682	15 556	18 062	21 499	4 493
Percentagem total . . .	9,6	2,2	0,46	0,36	0,4	0,5	0,5	0,13
Percentagem de África	86,5	36,3	8,5	6,13	5,90	8,07	9,57	2,26

³ V. Ferreira (1992c).

⁴ Os quadros n.ºs 1, 2 e 3 foram elaborados pelo autor a partir das estatísticas do comércio externo português referenciadas na bibliografia.

⁵ A diminuição a que se assiste em 1993, passando para um valor semelhante ao verificado em 1976, isto é, 58,7%, é explicada pela quebra para metade das exportações para Angola, cujo mercado se havia posicionado na 6.ª posição como cliente de Portugal em 1992.

A crise económica que ao longo dos anos se foi instalando nos PALOP, criando dificuldades crescentes de manutenção das suas estruturas produtivas, explica, em larga medida, este movimento de sentido inverso do peso relativo dos PALOP nas exportações e importações totais portuguesas: ao mesmo tempo que se processa uma procura dirigida aos produtos portugueses para colmatar as insuficiências de oferta nacional e dar resposta à sua procura interna, estas economias não mantiveram a capacidade de oferta de produtos exportáveis, o que contribuiu para um desvio geográfico de comércio por parte dos importadores portugueses.

1.2. UMA APROXIMAÇÃO GLOBAL AO MERCADO DOS PALOP

A importância dos PALOP no contexto global do comércio externo português tem vindo a sofrer alterações significativas (v. quadro n.º 1).

Assim, desde a independência destes países, quer a quota de destino das exportações portuguesas para os PALOP, quer a posição relativa das importações portuguesas daí oriundas, não têm cessado de diminuir, registando algumas variações de sentido contrário no lado das exportações portuguesas. Enquanto para estas últimas a quota de destino baixou dos 4,8% em 1976 para os 3,4% em 1990 e os 3% em 1993, as importações representaram 2,2% do total em 1976, 0,4% em 1990 e 0,13% em 1993.

Estes valores, quando comparados com os registados em 1973, último ano de «estabilidade» nas relações económicas coloniais, atestam bem das consequências ao nível global do fim daquela relação: naquele ano 14,6% das exportações totais portuguesas dirigiam-se para o conjunto destes cinco países, enquanto 9,6% das importações totais portuguesas tinham aí a sua origem.

Do ponto de vista individual, isto é, na relação bilateral de Portugal com cada um dos PALOP, aquilo que eram em 1973 posições diferenciadas no comércio externo de Portugal teve uma convergência substancial na óptica tanto das exportações portuguesas (com a excepção de Angola) como das importações portuguesas (v. quadros n.ºs 2 e 3): a diferença entre a maior e menor quota de destino das exportações portuguesas era em 1973 de 6,96%, enquanto em 1993 se situou nos 2,1% (e excepcionalmente nos 4,4% em 1992, fruto do caso específico do mercado angolano). Do lado das importações, o mesmo ocorreu, passando esse diferencial dos 6,32% em 1973 para os 0,35% em 1993.

Angola é o único país que ainda tem uma quota significativa das exportações totais portuguesas: 4,5% em 1992, o que lhe conferiu a 6.ª posição como cliente de Portugal, o primeiro fora dos mercados dos países industrializados⁶, e 2,2% em 1993 (em resultado dos problemas político-militares e económicos que atingiram o país neste ano), que traduz a 10.ª posição.

⁶ Desde há bastantes anos que o mercado angolano ocupa a 1.ª posição de destino dos produtos portugueses no conjunto dos países em vias de desenvolvimento. Em 1992, quando se atingiu o valor máximo de exportação desde a sua independência, Angola ultrapassou mesmo a Itália, os EUA e a Suécia.

Exportações de Portugal para os PALOP
Em percentagem das exportações totais portuguesas

[QUADRO N.º 2]

Exportação	1973	1980	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Cabo Verde	0,83	0,69	0,46	0,43	0,41	0,34	0,28	0,30	0,30	0,30	0,40
Guiné-Bissau	1,38	0,34	0,20	0,11	0,14	0,15	0,20	0,34	0,20	0,10	0,10
São Tomé e Príncipe ..	0,24	0,27	0,09	0,05	0,06	0,05	0,07	0,10	0,10	0,10	0,10
Angola	7,20	3,28	2,75	1,26	1,11	1,72	2,50	2,50	3,30	4,50	2,20
Moçambique	4,96	0,80	0,39	0,28	0,34	0,28	0,29	0,30	0,20	0,20	0,20

Esta quota de mercado, que veio, paulatinamente, a aumentar desde 1987, traduz uma situação inversa da que sucede(u) com o mercado de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique ou São Tomé e Príncipe.

Registe-se, finalmente, que o mercado cabo-verdiano tem apresentado uma importância superior ao moçambicano, pesem embora as diferenças de potencialidades económicas e de mercado consumidor interno entre os dois países, destacando-se, pelo enorme contraste, as quedas verificadas nas quotas de destino entre 1973 e 1993: no caso cabo-verdiano diminuíram de 0,83% para 0,4%, enquanto no caso moçambicano passaram dos 4,96% para os 0,2%.

Do lado das importações portuguesas, o quadro n.º 3 confirma a inexpressividade dos mercados dos PALOP como fornecedores.

Importações de Portugal oriundas dos PALOP
Em percentagem das importações totais

[QUADRO N.º 3]

Exportação	1973	1980	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Cabo Verde	0,04	0,01	0,01	0,01	0,03	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00
Guiné-Bissau	0,13	0,03	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
São Tomé e Príncipe ..	0,14	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Angola	6,36	0,16	1,06	0,79	0,29	0,18	0,27	0,35	0,40	0,38	0,02
Moçambique	2,97	0,23	0,08	0,03	0,07	0,04	0,29	0,10	0,10	0,11	0,08

Nota. — O valor 0 significa importações de reduzido montante.

Exceptuando-se o caso de Angola (devido à importação de petróleo bruto), que registou uma tendência crescente da sua quota desde 1988, interrompida abruptamente em 1993 (apenas 0,02%), os outros países pouca relevância têm: Cabo Verde e Guiné-Bissau andam à volta dos 0,01% e Moçambique tem registos próximos dos 0,1%. São Tomé e Príncipe não consta em virtude dos reduzidos montantes daí importados.

À semelhança do que ocorreu com as quotas de destino das exportações portuguesas em 1993, quando comparadas com o ano de 1973, também as importações portuguesas oriundas dos PALOP registam uma quebra muito acentuada.

da, com especial destaque para o caso de Angola e de Moçambique, passando-se, no primeiro caso, dos 6,36% para os 0,02% (ou 0,38% em condições normais) e, no segundo, dos 2,97% para os 0,08%.

1.3. O MERCADO DOS PALOP POR GRUPOS DE MERCADORIAS

A análise do tipo de produtos onde existe maior concentração das exportações ou das importações portuguesas com destino ou provenientes dos PALOP regista um padrão típico de um conjunto de produtos que se mantêm nas posições cimeiras da estrutura relativa das exportações/importações portuguesas para (e de) aqueles países, curiosamente os mesmos produtos que se registavam em 1973. A diferença reside agora na alteração do posicionamento hierárquico dos mesmos (v. quadro n.º 4).

Assim, e no que se refere à estrutura relativa das exportações para aqueles países, destacam-se, em 1993, os produtos da indústria alimentar e bebidas (16,2%), máquinas e aparelhos e material eléctrico (14,8%), matérias têxteis e suas obras (9,7%), material de transporte (8,1%), metais comuns e suas obras (8%) e produtos das indústrias químicas e conexas (6,8%), enquanto em 1973 a 1.ª posição era ocupada pelas matérias têxteis e suas obras (24,5%), seguindo-se-lhes os produtos da indústria alimentar e bebidas, máquinas e aparelhos, produtos das indústrias químicas e conexas, metais comuns e suas obras e material de transporte.

Do lado das importações oriundas dos PALOP, a estrutura relativa de 1993 é igualmente algo semelhante àquela registada em 1973, destacando-se no primeiro caso os produtos minerais (petróleo de Angola), que representaram até 1992 mais de 50% das importações, seguindo-se-lhes as matérias têxteis e suas obras, produtos do reino animal, produtos do reino vegetal e pérolas e metais preciosos (diamantes de Angola), os quais alternam de posição relativa entre si. No caso de 1973, a 1.ª posição era ocupada pelos diamantes (24,4%), vindo logo de seguida as matérias têxteis e suas obras (21,2%) e os produtos do reino vegetal (18,7%). Mais atrás apareciam os produtos da indústria alimentar e bebidas, produtos minerais e produtos do reino animal.

Finalmente, e do ponto de vista do peso relativo daqueles mercados no comércio externo total português, o destaque vai para as quotas de destino das exportações portuguesas (quadro n.º 5).

Em 1993 cerca de 30% das vendas de produtos relativos a gorduras e óleos gordos tiveram por destino os PALOP, logo seguidos dos produtos do reino animal (15%), produtos da indústria alimentar e bebidas (10%), produtos do reino vegetal (8,8%), metais comuns e suas obras (6,7%) e produtos das indústrias químicas e conexas (6,3%). Comparativamente a 1973, a alteração desta hierarquização é acentuada. Neste ano destacaram-se as matérias plásticas artificiais (49,6% das exportações totais deste grupo de produtos), o material de transporte (44%), as gorduras e óleos gordos (38%) e os metais comuns e suas obras (35%).

Estrutura relativa do comércio externo entre Portugal e os PALOP
Em percentagem

[QUADRO N.º 4]

	1973		1991		1992		1993	
	Exportações	Importações	Exportações	Importações	Exportações	Importações	Exportações	Importações
Animais vivos e produtos do reino animal	2,35	6,13	2,66	4,85	3,91	7,26	6,67	21,80
Produtos do reino vegetal	1,57	18,72	4,93	6,69	1,81	5,82	1,97	14,47
Gorduras e óleos gordos	2,36	2,43	5,67	0,00	2,98	0,05	3,10	0,06
Produtos da indústria alimentar, bebidas	12,80	13,52	17,09	0,03	19,70	0,03	16,22	0,04
Produtos minerais	1,96	8,36	2,30	76,19	1,09	57,32	2,55	1,26
Produtos das indústrias químicas e conexas	9,96	0,06	7,67	0,01	6,37	0,03	6,89	0,05
Matérias plásticas artificiais, esteres da celulose, etc.	4,74	0,03	2,74	0,08	2,87	0,06	2,89	0,10
Peles e couros	0,63	0,77	0,21	0,08	1,28	0,18	0,41	0,61
Madeira, carvão vegetal, obras de madeira, cortiça	0,80	3,42	0,74	1,56	0,47	1,32	0,59	3,74
Matérias para o fabrico de papel; papel e suas obras	1,85	0,01	3,08	0,00	1,83	0,00	2,23	0,01
Matérias têxteis e suas obras	24,51	21,29	13,27	8,53	13,36	12,60	9,76	44,20
Calçado e chapéus	2,08	0,00	4,95	0,01	6,39	0,57	4,52	0,54
Obras de pedra, gesso e cimento	3,93	0,00	2,12	0,00	2,41	0,00	2,06	0,00
Pérolas, metais preciosos, etc.	0,13	24,74	0,06	0,21	0,10	12,07	0,04	3,04
Metais comuns e suas obras	8,92	0,35	6,66	0,26	6,57	1,23	8,09	4,16
Máquinas e aparelhos; material eléctrico	12,43	0,06	18,18	0,76	14,75	0,94	14,84	3,38
Material de transporte	7,31	0,08	4,79	0,61	8,16	0,38	8,11	1,85
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc.	0,72	0,02	1,02	0,04	0,99	0,11	1,32	0,45
Armas e munições	0,07	0,00	0,02	0,00	0,02	0,00	0,04	0,00
Mercadorias e produtos diversos	0,89	0,00	4,59	0,04	4,58	0,00	7,24	0,08
Objectos de arte e de colecção	0,01	0,00	0,29	0,03	0,06	0,03	0,35	0,14
<i>Total</i>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Nota. — O valor 0 corresponde a exportações e importações de reduzido montante.

Fonte: Cálculos elaborados pelo autor a partir de estatísticas do comércio externo.

O mercado dos PALOP: quotas de destino e origem no comércio total de Portugal
Em percentagem

[QUADRO N.º 5]

	1973		1991		1992		1993	
	Exportações	Importações	Exportações	Importações	Exportações	Importações	Exportações	Importações
Animais vivos e produtos do reino animal	29,36	16,64	6,54	0,55	14,31	0,95	15,02	0,66
Produtos do reino vegetal	10,00	22,74	22,14	0,64	11,02	0,65	8,87	0,35
Gorduras e óleos gordos	38,06	18,75	45,58	0,00	36,22	0,11	30,07	0,02
Produtos da indústria alimentar, bebidas	12,91	30,12	14,50	0,00	20,41	0,00	10,30	0,00
Produtos minerais	12,13	11,59	2,07	3,82	1,21	3,60	1,57	0,02
Produtos das indústrias químicas e conexas	27,11	0,07	9,41	0,00	10,38	0,00	6,39	0,00
Matérias plásticas artificiais, esteres da celulose, etc.	49,68	0,07	4,82	0,01	6,89	0,01	3,78	0,00
Peles e couros	16,43	8,28	1,90	0,02	12,91	0,05	2,50	0,04
Madeira, carvão vegetal, obras de madeira, cortiça .	1,23	26,96	0,52	0,65	0,44	0,55	0,33	0,41
Matérias para o fabrico de papel; papel e suas obras .	5,14	0,07	2,37	0,00	1,88	0,00	1,38	0,00
Matérias têxteis e suas obras	12,57	16,56	1,84	0,39	2,33	0,65	1,06	0,59
Calçado e chapéus	22,51	0,03	2,44	0,01	3,77	0,37	1,41	0,07
Obras de pedra, gesso e cimento	23,35	0,03	2,00	0,00	2,83	0,00	1,40	0,00
Pérolas, metais preciosos, etc.	0,32	91,08	0,36	0,11	0,97	6,97	0,20	0,35
Metais comuns e suas obras	35,26	0,38	8,09	0,02	9,69	0,10	6,70	0,10
Máquinas e aparelhos; material eléctrico	16,87	0,03	5,71	0,02	5,43	0,02	3,05	0,02
Material de transporte	44,05	0,06	3,09	0,02	5,53	0,01	3,88	0,02
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc.	9,11	0,06	6,52	0,01	7,25	0,02	4,80	0,02
Armas e munições	28,67	0,06	0,44	0,00	0,54	0,00	0,61	0,00
Mercadorias e produtos diversos	40,71	0,02	12,24	0,01	15,01	0,00	13,40	0,00
Objectos de arte e de colecção	11,44	2,17	6,80	0,75	2,73	0,93	10,75	1,48
<i>Total</i>	14,63	9,66	4,18	0,47	5,18	0,53	3,07	0,13

Nota. — O valor 0 corresponde a exportações e importações de reduzido montante.

Fonte: Cálculos elaborados pelo autor a partir de estatísticas do comércio externo.

Uma das razões imediatas que explicam esta alteração prende-se com as dificuldades internas daqueles países em assegurarem a produção nacional que satisfaça as necessidades alimentares das suas populações, vendo-se, por isso, na necessidade de recorrerem às importações para as colmatarem. É assim que as quatro principais quotas de destino das exportações portuguesas para os PALOP se referem aos produtos alimentares, tendo-se mesmo assistido a um aumento da quota de destino dos produtos do reino vegetal, gorduras e óleos gordos e produtos alimentares e bebidas nos anos de 1991 e 1992 face a 1973.

Quanto às quotas de origem das importações totais portuguesas, a importância que os PALOP detinham em 1973 foi completamente posta de lado em consequência, principalmente, da incapacidade de oferta de exportações dessas economias. Os únicos destaques respeitam ao petróleo angolano, que satisfez, em 1992, 3,6% da importação total portuguesa deste produto, e aos diamantes (6,9% do total das pedras preciosas e metais preciosos), os quais já não tiveram correspondência em 1993.

1.4. UMA ANÁLISE DO COMÉRCIO EXTERNO ENTRE PORTUGAL E CADA UM DOS PALOP

Conforme se mostrou no ponto 1.2, é diferente a importância relativa individual de cada um destes países no comércio externo de Portugal. Embora, e como foi então referido, exista uma tendência para a convergência desse peso relativo tanto do lado das exportações como das importações portuguesas, será interessante, contudo, analisar de forma mais detalhada a estrutura de comércio bilateral entre Portugal e cada um dos PALOP e verificar da permanência ou alteração de estrutura ao longo do tempo. Simultaneamente, poder-se-á igualmente efectuar uma comparação entre os países considerados.

1.4.1. *Angola*⁷

A primeira constatação que este mercado impõe diz respeito a uma tendência crescente no valor das exportações portuguesas, em termos absolutos, que se inicia em meados dos anos 80 e se traduz igualmente num aumento da quota de destino das exportações totais portuguesas.

A melhoria da situação político-militar e a abertura económica encetadas em Angola no início dos anos 90 contribuíram de modo decisivo para o aumento espectacular das exportações portuguesas, as quais atingiram o seu máximo em 1992 — 110 milhões de contos, ou seja, uma variação de cerca de 40% relativamente ao ano anterior (v. quadro n.º 6). Contudo, o reacender do conflito militar interno nos anos de 1993 e 1994, a par de uma crescente degradação da

⁷ Para uma análise mais detalhada do período 1976-1989, v. Ferreira (1991). Um estudo referente aos anos mais recentes e que integra uma abordagem da economia angolana pode ser encontrado em Ferreira (1993).

Exportações/importações de Portugal para (de) Angola

Em contos e percentagem

[QUADRO N.º 6]

	1973		1991				1992		1993			
	Exportações	Importações	Exportações		Importações		Exportações	Importações	Exportações		Importações	
	Percentagem	Percentagem	Valor	Percentagem								
Animais vivos e produtos do reino animal	2,51	5,76	2 479 664	3,14	—	—	4 937 900	4,46	800	0,01	4 790 316	8,91
Produtos do reino vegetal	1,33	20,45	4 401 673	5,57	490 900	3,40	1 753 900	1,58	563 200	3,60	869 265	1,62
Gorduras e óleos gordos	2,85	0,89	4 955 952	6,27	—	—	3 035 000	2,74	8 900	0,06	1 566 341	2,91
Produtos da indústria alimentar, bebidas	14,28	4,40	14 200 330	17,96	4 200	0,03	22 512 600	20,32	—	—	9 049 615	16,83
Produtos minerais	0,58	10,67	764 800	0,97	13 760 710	95,19	576 000	0,52	12 301 200	78,61	520 729	0,97
Produtos das indústrias químicas e conexas	12,25	0,02	5 843 743	7,39	400	0,00	6 388 700	5,77	100	0,00	3 148 237	5,85
Matérias plásticas artificiais, esteres da celulose, etc.	3,79	0,05	1 753 161	2,22	700	0,00	2 760 500	2,49	900	0,01	1 216 629	2,26
Peles e couros	0,69	0,70	182 800	0,23	—	—	1 623 600	1,47	14 800	0,09	259 978	0,48
Madeira, carvão vegetal, obras de madeira, cortiça	0,68	4,64	458 600	0,58	—	—	371 600	0,34	18 500	0,12	199 648	0,37
Matérias para o fabrico de papel; papel e suas obras	1,68	0,01	2 236 531	2,83	300	0,00	1 710 500	1,54	400	0,00	953 256	1,77
Matérias têxteis e suas obras	26,29	14,55	11 545 818	14,60	—	—	16 019 700	14,46	100	0,00	6 240 857	11,60
Calçado e chapéus	2,14	0,00	4 614 760	5,84	—	—	7 848 300	7,08	—	—	3 171 656	5,90
Obras de pedra, gesso e cimento	3,22	0,00	1 502 847	1,90	—	—	2 360 100	2,13	500	0,00	815 608	1,52
Pérolas, metais preciosos, etc.	0,17	37,53	44 400	—	37 600	0,26	117 600	0,11	2 552 500	16,31	22 636	0,04
Metais comuns e suas obras	8,96	0,19	4 973 999	6,29	5 000	0,03	6 898 200	6,23	10 300	0,07	3 674 988	6,83
Máquinas e aparelhos; material eléctrico	13,94	0,07	13 540 451	17,13	76 000	0,53	15 530 600	14,02	119 200	0,76	7 093 376	13,19
Material de transporte	2,99	0,07	3 747 792	4,74	79 300	0,55	9 672 700	8,73	49 000	0,31	4 529 156	8,42
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc.	0,78	0,01	735 400	0,93	600	0,00	978 400	0,88	5 000	0,03	704 080	1,31
Armas e munições	0,06	0,00	5 200	0,93	—	—	16 300	0,01	—	—	7 035	0,01
Mercadorias e produtos diversos	0,80	0,00	3 804 197	4,81	100	0,00	5 219 300	4,71	100	0,00	4 710 467	8,76
Objectos de arte e de coleção	0,00	0,00	273 300	0,35	300	0,00	66 800	0,06	—	—	241 191	0,45
Total	100,00	100,00	79 065 637	100,00	14 456 614	100,00	110 788 380	100,00	15 648 535	100,00	53 785 352	100,00
											831 091	100,00

Nota. — O sinal – significa ausência de trocas comerciais, enquanto 0 corresponde a exportações e importações de montantes reduzidos.

Fonte: Cálculos elaborados pelo autor a partir de estatísticas do comércio externo.

sua situação económica e financeira, reflectiu-se nas exportações portuguesas, que se reduziram mais de 50%, atingindo 53 milhões de contos em 1993, valor este que, provisoriamente, se pensa também corresponder ao ano de 1994. Pelas mesmas razões, as importações portuguesas daí oriundas sofreram um decréscimo assinalável, fruto do incumprimento por parte de Angola no fornecimento de petróleo ao abrigo do Evergreen Crude Petroleum Sales Contract⁸. Deste modo, das importações efectuadas por Portugal em 1992, no valor de 15 milhões de contos, 78% respeitavam ao petróleo, valor este que se reduziu a 0,68% no ano seguinte, o que se traduziu por uma importação total de apenas 831 000 contos.

Do ponto de vista da estrutura das exportações e importações, o quadro n.º 7 permite efectuar algumas observações relativas aos anos mais recentes (1991-1993):

- Os principais grupos de produtos de exportação portuguesa referem-se aos produtos das indústrias alimentares, máquinas, aparelhos e material eléctrico, matérias têxteis e suas obras, material de transporte, metais comuns e suas obras e produtos das indústrias químicas e conexas;
- O conjunto dos produtos agro-alimentares e bebidas representam, por si só, cerca de 28% das exportações portuguesas;
- Relativamente às importações, destaca-se claramente o grupo dos produtos minerais, ou seja, o petróleo (95% em 1991 e 78% em 1992), o qual desapareceu praticamente da lista de importações portuguesas no ano de 1993 por razões já acima aludidas;
- Café (produto do reino vegetal) e diamantes (do grupo pérolas e metais preciosos) são os dois outros produtos de algum significado na estrutura de importações (não em valor absoluto), com destaque para aquele último, cuja retoma de importação por parte de Portugal se iniciou em 1992.

Quanto à importância do mercado angolano como cliente dos produtos portugueses, em diversos grupos de produtos as quotas de destino são importantes e significativas, nomeadamente gorduras e óleos gordos (40% em 1991 e 20% em 1993), produtos do reino animal (14% em 1992 e 1993), produtos das indústrias alimentares e bebidas (18% em 1992 e 7,7% em 1993) ou ainda peles e couros (12% em 1992), produtos do reino vegetal (8% em 1992 e 5% em 1993) e metais comuns e suas obras (7,9% em 1992). Do lado das importações, há a assinalar as compras de petróleo, que satisfizeram 3,8% e 3,6% das importações totais deste produto nos anos de 1991 e 1992.

Comparativamente ao ano de 1973, registam-se algumas alterações na estrutura das exportações, registando-se uma subida do conjunto dos produtos agro-alimentares e bebidas, do calçado e do material de transporte, decaindo, ao invés, os produtos das indústrias químicas e conexas e das matérias têxteis e suas

⁸ Acordo estabelecido entre os dois países e que prevê, actualmente, um fornecimento de 20 000 barris diários de petróleo a Portugal.

Comércio Portugal-Angola: estrutura relativa bilateral e peso relativo no comércio externo total português
Em percentagem

[QUADRO N.º 7]

	1973				1991				1992				1993			
	Exportações		Importações		Exportações		Importações		Exportações		Importações		Exportações		Importações	
	Angola	Mundo														
Animais vivos e produtos do reino animal	2,51	15,41	5,76	10,31	3,14	6,20	—	—	4,46	14,11	0,01	0,00	8,91	14,58	6,50	0,03
Produtos do reino vegetal	1,33	4,18	20,45	16,37	5,57	20,11	3,40	0,26	1,58	8,34	3,60	0,29	1,62	5,29	55,64	0,23
Gorduras e óleos gordos	2,85	22,65	0,89	4,52	6,27	40,48	—	—	2,74	28,82	0,06	0,09	2,91	20,53	—	—
Produtos da indústria alimentar, bebidas	14,28	7,10	4,40	6,46	17,96	12,25	0,03	0,00	20,32	18,20	—	—	16,83	7,76	0,20	0,00
Produtos minerais	0,58	1,76	10,67	9,75	0,97	0,70	95,19	3,82	0,52	0,50	78,61	3,60	0,97	0,43	0,68	0,00
Produtos das indústrias químicas e conexas	12,25	16,42	0,02	0,02	7,39	7,29	0,00	0,00	5,77	8,12	0,00	0,00	5,85	3,94	0,03	0,00
Matérias plásticas artificiais, esteres da celulose, etc.	3,79	19,59	0,05	0,07	2,22	3,14	0,00	0,00	2,49	5,16	0,01	0,00	2,26	2,15	0,00	0,00
Peles e couros	0,69	8,85	0,70	4,93	0,23	1,67	—	—	1,47	12,76	0,09	0,02	0,48	2,15	0,27	0,00
Madeira, carvão vegetal, obras de madeira, cortiça	0,68	0,51	4,64	24,06	0,58	0,33	—	—	0,34	0,27	0,12	0,04	0,37	0,15	0,55	0,01
Matérias para o fabrico de papel; papel e suas obras	1,68	2,30	0,01	0,06	2,83	1,75	0,00	0,00	1,54	1,37	0,00	0,00	1,77	0,80	0,05	0,00
Matérias têxteis e suas obras	26,29	6,64	14,55	7,46	14,60	1,62	—	—	14,46	2,18	0,00	0,00	11,60	0,91	0,00	0,00
Calçado e chapéus	2,14	11,45	0,00	0,00	5,84	2,31	—	—	7,08	3,61	—	—	5,90	1,33	—	—
Obras de pedra, gesso e cimento	3,22	9,43	0,00	0,00	1,90	1,44	—	—	2,13	2,16	0,00	0,00	1,52	0,75	0,00	0,00
Pérolas, metais preciosos, etc.	0,17	0,20	37,53	91,05	0,06	0,26	0,26	0,11	0,11	0,92	16,31	6,86	0,04	0,16	18,10	0,35
Metais comuns e suas obras	8,96	17,45	0,19	0,13	6,29	6,15	0,03	0,00	6,23	7,94	0,07	0,00	6,83	4,11	3,63	0,01
Máquinas e aparelhos; material eléctrico	13,94	9,32	0,07	0,02	17,13	4,32	0,53	0,01	14,02	4,46	0,76	0,01	13,19	1,97	5,40	0,01
Material de transporte	2,99	8,86	0,07	0,03	4,74	2,46	0,55	0,01	8,73	5,12	0,31	0,01	8,42	2,93	8,49	0,01
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc.	0,78	4,88	0,01	0,04	0,93	4,78	0,00	0,00	0,88	5,58	0,03	0,00	1,31	3,46	0,22	0,00
Armas e munições	0,06	13,20	0,00	0,02	0,01	0,11	—	—	0,01	0,32	—	—	0,01	0,14	—	—
Mercadorias e produtos diversos	0,80	18,08	0,00	0,01	4,81	10,31	0,00	0,00	4,71	13,35	0,00	0,00	8,76	11,78	0,22	0,00
Objectos de arte e de coleção	0,00	4,16	0,00	0,62	0,35	6,60	0,00	0,05	0,06	2,22	—	—	0,45	9,91	—	—
<i>Total</i>	100,00	7,20	100,00	6,37	100,00	3,36	100,00	0,38	100,00	4,48	100,00	0,38	100,00	2,23	100,00	0,02

Nota. — O sinal – significa ausência de trocas comerciais, enquanto 0 corresponde a exportações e importações de montantes reduzidos.

Fonte: Cálculos elaborados pelo autor a partir de estatísticas do comércio externo.

obras. Do lado das importações, a alteração de estrutura é bastante significativa, com especial destaque para a subida do peso do petróleo e as descidas dos diamantes, café e fibras vegetais têxteis.

Finalmente, e na óptica do posicionamento do mercado angolano no contexto do comércio externo total de Portugal (colunas «Mundo» do quadro n.º 7), regista-se uma diminuição global das quotas de destino dos produtos portugueses, diminuição esta que acompanha, aliás, a passagem do peso relativo global de Angola de 7,2% em 1973 para 4,4% e 2,2% em 1992 e 1993, respectivamente. A análise pelo lado das importações portuguesas é ainda mais impressiva: em 1993 todos os grupos de produtos contribuem para menos de 0,5% das importações totais portuguesas no respectivo grupo de produtos.

1.4.2. Moçambique

Um balanço do comércio externo bilateral evidencia desde logo um posicionamento muito baixo do mercado moçambicano, quer na óptica das exportações totais portuguesas (0,24% em 1993), quer na óptica das importações totais (0,08% em 1993)⁹.

No entanto, e à semelhança do que ocorreu com o mercado angolano em 1992, a resolução do conflito militar interno e o estabelecimento de uma estabilidade duradoura assente na recuperação económica do país podem contribuir para um aumento da importância comercial deste mercado. Pode ser apenas um indício mas já se registou um aumento das exportações portuguesas entre 1992 e 1993, bem como das importações entre 1991 e 1992. Aliás, e relativamente a este último ano, deve ser realçado o facto de pela primeira vez se ter assinalado um défice comercial desfavorável a Portugal.

De acordo com o quadro n.º 8, a análise da estrutura das exportações portuguesas indica uma concentração nas máquinas, aparelhos e material eléctrico (31%, em média, nos anos de 1991-1993), metais comuns e suas obras (13% em 1993), produtos da indústria alimentar e bebidas (12%) e produtos das indústrias químicas e conexas (10%). As importações assentam basicamente nos materiais têxteis e suas obras (68% em 1993), produtos do reino animal (17%) e, mais longe, produtos do reino vegetal (3%), hierarquização esta que tem vindo a consolidar-se em termos relativos desde 1991. Destaca-se, no primeiro caso, o algodão, o camarão, no segundo, e, por fim, o caju.

Quanto ao significado de Moçambique no contexto do comércio externo total português (v. anexo n.º 1), verifica-se que, quer do lado das exportações, quer das importações portuguesas, todos os grupos de produtos contribuem com percentagens inferiores a 1% enquanto cliente ou fornecedor de Portugal, exceptuando-se o caso das gorduras e óleos gordos em 1993, que apresentaram uma quota de destino de 2,1%.

Exportações/importações de Portugal para (de) Moçambique
Em contos e percentagem

[QUADRO N.º 8]

	1973		1991				1992				1993			
	Exportações	Importações	Exportações		Importações		Exportações		Importações		Exportações		Importações	
	Percentagem	Percentagem	Valor	Percentagem										
Animais vivos e produtos do reino animal	1,40	7,09	19 700	0,35	764 000	31,01	15 862	0,35	1 281 920	27,07	75 100	1,30	544 407	17,36
Produtos do reino vegetal	0,81	11,85	39 500	0,71	274 000	11,12	10 967	0,24	362 603	7,66	21 785	0,38	103 013	3,29
Gorduras e óleos gordos	1,69	5,96	53 000	0,95	—	—	80 850	1,77	—	—	165 860	2,87	—	—
Produtos da indústria alimentar, bebidas	8,13	30,83	651 500	11,72	—	—	717 316	15,72	—	—	696 680	12,06	—	—
Produtos minerais	1,30	3,89	83 300	1,50	—	—	86 036	1,89	4 291	0,09	89 036	1,54	56 770	1,81
Produtos das indústrias químicas e conexas	6,94	0,14	410 100	7,37	800	0,03	460 476	10,09	5 142	0,11	615 042	10,64	—	—
Matérias plásticas artificiais, esteres da celulose, etc. .	7,15	0,00	124 200	2,23	200	0,01	157 420	3,45	11 012	0,23	262 952	4,55	—	—
Peles e couros	0,63	0,82	12 500	0,22	—	—	10 163	0,22	5 159	0,11	12 449	0,22	7 470	0,24
Madeira, carvão vegetal, obras de madeira, cortiça .	0,67	0,85	79 100	1,42	20 700	0,84	10 516	0,23	657	0,01	6 618	0,11	3 536	0,11
Matérias para o fabrico de papel; papel e suas obras .	1,84	0,01	309 800	5,57	400	0,02	127 901	2,80	—	—	102 503	1,77	—	—
Matérias têxteis e suas obras	25,85	37,97	915 000	16,45	1 341 000	54,44	479 929	10,52	2 667 857	56,34	306 605	5,31	2 145 187	68,42
Calçado e chapéus	1,68	0,00	47 200	0,85	—	—	54 964	1,20	117 000	2,47	52 340	0,91	—	—
Obras de pedra, gesso e cimento	4,02	0,01	181 600	3,27	—	—	145 829	3,20	—	—	198 946	3,44	—	—
Pérolas, metais preciosos, etc.	0,12	0,00	14 200	0,26	—	—	4 973	0,11	843	0,02	5 839	0,10	—	—
Metais comuns e suas obras	8,69	0,47	415 700	7,47	41 000	1,66	367 392	8,05	246 205	5,20	786 457	13,61	169 912	5,42
Máquinas e aparelhos; material eléctrico	12,69	0,03	1 825 778	32,83	11 400	0,46	1 455 875	31,91	14 057	0,30	1 794 914	31,06	85 199	2,72
Material de transporte	15,13	0,07	98 300	1,77	6 300	0,26	129 032	2,83	3 028	0,06	195 250	3,38	3 680	0,12
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc. .	0,63	0,00	84 000	1,51	100	0,00	124 650	2,73	11 831	0,25	116 930	2,02	11 690	0,37
Armas e munições	0,09	0,00	—	—	—	—	—	—	—	—	644	0,01	—	—
Mercadorias e produtos diversos	0,53	0,01	191 400	3,44	200	0,01	118 177	2,59	387	0,01	192 214	3,33	463	0,01
Objectos de arte e de coleção	0,01	0,01	600	0,01	3 000	0,12	4 509	0,10	3 419	0,07	676	0,01	4 015	0,13
Total	100,00	100,00	5 561 226	100,00	2 463 382	100,00	4 562 837	100,00	4 735 411	100,00	5 778 842	100,00	3 135 341	100,00

Nota. — O sinal – significa ausência de trocas comerciais, enquanto 0 corresponde a exportações e importações de montantes reduzidos.

Fonte: Cálculos elaborados pelo autor a partir de estatísticas do comércio externo.

Comparativamente a 1973, verifica-se não só uma alteração de estrutura das exportações portuguesas (com perda significativa de posição das matérias têxteis e suas obras e do material de transporte e reforço das máquinas, produtos das indústrias alimentares e indústrias químicas), mas também das importações (desaparecimento de compra de produtos da indústria alimentar e bebidas e gorduras e óleos gordos e diminuição dos produtos do reino vegetal, em contrapartida dos aumentos verificados nas matérias têxteis e suas obras e nos produtos do reino animal).

No mesmo âmbito, a comparação das quotas recentes de destino (exportações portuguesas) e de origem (importações portuguesas) face a 1973 evidencia um desaparecimento praticamente total de todos os grupos de produtos, o que é bastante contrastante com o caso de Angola e com a situação de 1973. Neste ano o material de transporte (30%), as matérias plásticas artificiais (25%), os metais comuns e suas obras (11%), as gorduras e óleos gordos (9%), etc., detinham assinaláveis quotas de destino das exportações totais desses produtos, ao mesmo tempo que os produtos da indústria alimentar e bebidas (21%), gorduras e óleos gordos (14%) e matérias têxteis e suas obras (9%) sobressaíam enquanto quotas de fornecedores a Portugal.

1.4.3. Os casos de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe

Desde a sua independência que estas três pequenas economias mantiveram com Portugal um relacionamento relativamente estável, ao contrário do que sucedeu nos casos de Angola e Moçambique, onde se fez sentir, por vezes fortemente, a influência das suas novas opções políticas e ideológicas no relacionamento económico bilateral com Portugal. Em qualquer uma das três situações¹⁰, contudo, o seu peso relativo no comércio externo total de Portugal diminuiu, conforme já assinalado nos quadros n.^{os} 2 e 3.

A leitura dos dados estatísticos do comércio externo bilateral (quadros n.^{os} 9, 10 e 11) permite verificar:

- Em qualquer das situações o conjunto do grupo de produtos constituído pelos produtos da indústria alimentar e bebidas, das indústrias químicas e conexas, dos metais comuns e suas obras e das máquinas, aparelhos e material eléctrico representa, em comum, as principais exportações portuguesas, perfazendo entre 47% (Cabo Verde) e 53% (São Tomé e Príncipe) do valor das exportações totais portuguesas para estes mercados. Adicionalmente aparece o material de transporte;
- Do lado das importações portuguesas verifica-se que nos cinco primeiros grupos de produtos dali oriundos três são comuns em qualquer um dos casos

¹⁰ Para uma análise mais detalhada do período 1976-1989, v. Estêvão (1991), Cassola (1991) e Brito (1991) para os casos de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, respectivamente.

Exportações/importações de Portugal para (de) Cabo Verde

Em contos e percentagem

[QUADRO N.º 9]

	1973		1991				1992				1993			
	Exportações	Importações	Exportações		Importações		Exportações		Importações		Exportações		Importações	
			Percentagem	Percentagem	Valor	Percentagem								
Animais vivos e produtos do reino animal	3,33	29,95	19 700	0,26	64 700	14,67	26 154	0,34	138 428	35,88	38 161	0,42	125 601	46,36
Produtos do reino vegetal	3,97	23,87	232 800	3,12	322 500	73,12	273 529	3,54	218 502	56,63	294 220	3,24	75 841	27,99
Gorduras e óleos gordos	4,20	-	333 500	4,48	-	-	526 718	6,81	1 724	0,45	388 402	4,28	3 120	1,15
Produtos da indústria alimentar, bebidas	13,06	6,08	997 700	13,39	1 500	0,34	1 172 741	15,16	-	-	1 249 211	13,76	501	0,18
Produtos minerais	7,44	25,74	1 098 142	14,74	1 700	0,39	481 270	6,22	220	0,06	1 088 634	11,99	47	0,02
Produtos das indústrias químicas e conexas	8,16	0,24	719 300	9,65	100	0,02	778 961	10,07	814	0,21	801 121	8,83	2 289	0,84
Matérias plásticas artificiais, esteres da celulose, etc.	2,84	-	495 300	6,65	-	-	552 728	7,15	-	-	460 485	5,07	859	0,32
Peles e couros	0,50	3,90	7 500	0,10	10 100	2,29	8 009	0,10	15 375	3,98	24 713	0,27	6 761	2,50
Madeira, carvão vegetal, obras de madeira, cortiça	2,64	0,89	156 100	2,09	3 800	0,86	200 861	2,60	1 050	0,27	213 831	2,36	-	-
Matérias para o fabrico de papel; papel e suas obras	1,94	0,04	338 600	4,54	200	0,05	376 374	4,87	-	-	338 780	3,73	155	0,06
Matérias têxteis e suas obras	14,59	0,18	363 100	4,87	3 800	0,86	370 577	4,79	-	-	354 012	3,90	-	-
Calçado e chapéus	4,04	-	102 700	1,38	2 100	0,48	35 857	0,46	-	-	53 367	0,59	26 682	9,85
Obras de pedra, gesso e cimento	6,72	0,01	236 000	3,17	-	-	425 298	5,50	-	-	335 410	3,70	9	0,00
Pérolas, metais preciosos, etc.	0,03	-	-	-	-	-	34	0,00	-	-	21	0,00	-	-
Metais comuns e suas obras	8,43	8,39	689 600	9,25	1 400	0,32	781 788	10,11	3 844	1,00	1 078 114	11,88	915	0,34
Máquinas e aparelhos; material eléctrico	9,09	0,31	1 136 300	15,25	10 400	2,36	1 089 032	14,08	2 684	0,70	1 310 551	14,44	21 703	8,01
Material de transporte	6,51	0,16	176 100	2,36	12 200	2,77	262 305	3,39	2 986	0,77	660 922	7,28	3 857	1,42
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc.	0,61	0,16	122 000	1,64	-	-	84 171	1,09	188	0,05	92 712	1,02	2 373	0,88
Armas e munições	-	-	200	0,00	-	-	142	0,00	-	-	236	0,00	-	-
Mercadorias e produtos diversos	1,91	0,07	219 000	2,94	6 000	1,36	286 071	3,70	35	0,01	294 955	3,25	210	0,08
Objectos de arte e de coleção	0,00	0,01	7 500	0,10	-	-	1 308	0,02	-	-	284	0,00	-	-
<i>Total</i>	100,00	100,00	7 452 035	100,00	441 035	100,00	7 733 927	100,00	385 851	100,00	9 077 242	100,00	270 922	100,00

Nota. — O sinal - significa ausência de trocas comerciais, enquanto 0 corresponde a exportações e importações de montantes reduzidos.

Fonte: Cálculos elaborados pelo autor a partir de estatísticas do comércio externo.

Exportações/importações de Portugal para a (da) Guiné-Bissau
Em contos e percentagem

[QUADRO N.º 10]

	1973		1991				1992				1993			
	Exportações	Importações	Exportações		Importações		Exportações		Importações		Exportações		Importações	
			Valor	Percentagem										
	Percentagem	Percentagem												
Animais vivos e produtos do reino animal	4,49	0,00	82 800	1,76	46 900	7,09	23 104	0,65	128 198	20,44	20 219	0,58	316 020	48,04
Produtos do reino vegetal	3,79	85,53	169 800	3,62	102 500	15,49	243 646	6,85	103 118	16,44	215 479	6,18	69 546	10,57
Gorduras e óleos gordos	1,10	0,10	220 000	4,69	—	—	153 844	4,33	—	—	139 319	4,00	—	—
Produtos da indústria alimentar, bebidas	20,25	0,84	677 100	14,43	—	—	592 575	16,67	—	—	682 790	19,59	—	—
Produtos minerais	8,32	—	227 500	4,85	—	—	171 493	4,82	—	—	133 238	3,82	—	—
Produtos das indústrias químicas e conexas	9,17	0,03	471 400	10,05	—	—	343 977	9,68	—	—	380 254	10,91	89	0,01
Matérias plásticas artificiais, esteres da celulose, etc.	2,44	—	235 000	5,01	12 700	1,92	151 151	4,25	21	0,00	118 064	3,39	4 260	0,65
Peles e couros	0,48	2,84	2 900	0,06	4 700	0,71	864	0,02	2 623	0,42	3 495	0,10	13 834	2,10
Madeira, carvão vegetal, obras de madeira, cortiça	0,71	7,41	27 000	0,58	256 300	38,73	14 208	0,40	257 158	41,00	10 695	0,31	176 691	26,86
Matérias para o fabrico de papel; papel e suas obras	2,65	0,01	107 400	2,29	—	—	80 322	2,26	—	—	163 572	4,69	—	—
Matérias têxteis e suas obras	16,83	0,51	76 600	1,63	196 600	29,71	142 455	4,01	37 840	6,03	64 906	1,86	40 071	6,09
Calçado e chapéus	1,67	—	52 100	1,11	—	—	229 412	6,45	4 415	0,70	39 783	1,14	12	0,00
Obras de pedra, gesso e cimento	5,69	—	108 300	2,31	—	—	86 861	2,44	—	—	94 215	2,70	143	0,02
Pérolas, metais preciosos, etc.	0,02	—	1 500	—	—	—	1 528	0,04	—	—	—	—	—	—
Metais comuns e suas obras	10,32	2,04	331 200	7,06	100	0,02	234 272	6,59	2 593	0,41	277 443	7,96	4 429	0,67
Máquinas e aparelhos; material eléctrico	6,19	0,19	1 040 483	22,17	26 200	3,96	489 459	13,77	64 197	10,24	436 628	12,53	13 934	2,12
Material de transporte	3,03	0,41	556 800	11,87	13 100	1,98	329 671	9,27	26 482	4,22	519 958	14,92	12 466	1,90
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc.	0,79	0,08	45 900	0,98	1 900	0,29	56 435	1,59	356	0,06	40 369	1,16	4 778	0,73
Armas e munições	0,07	—	14 800	0,32	—	—	10 719	0,30	—	—	21 772	0,62	—	—
Mercadorias e produtos diversos	1,99	—	243 400	5,19	—	—	196 700	5,53	3	0,00	122 586	3,52	752	0,11
Objectos de arte e de coleção	0,00	—	—	—	400	—	1 945	0,05	161	0,03	—	—	808	0,12
<i>Total</i>	100,00	100,00	4 692 662	100,00	661 781	100,00	3 554 641	100,00	627 164	100,00	3 484 785	100,00	657 834	100,00

Nota. — O sinal – significa ausência de trocas comerciais, enquanto 0 corresponde a exportações e importações de montantes reduzidos.

Fonte: Cálculos elaborados pelo autor a partir de estatísticas do comércio externo.

Exportações/importações de Portugal para (de) S. Tomé e Príncipe
Em contos e percentagem

[QUADRO N.º 11]

	1973		1991				1992				1993			
	Exportações	Importações	Exportações		Importações		Exportações		Importações		Exportações		Importações	
	Percentagem	Percentagem	Valor	Percentagem										
Animais vivos e produtos do reino animal	1,65	—	14 800	0,93	200	0,50	7 473	0,48	8 551	11,80	12 342	0,65	37 616	77,38
Produtos do reino vegetal	3,18	20,86	3 500	0,22	17 900	44,89	35 868	2,28	1 536	2,12	58 257	3,05	4 435	9,12
Gorduras e óleos gordos	2,23	0,67	18 300	1,15	200	0,50	18 212	1,16	393	0,54	34 016	1,78	—	—
Produtos da indústria alimentar, bebidas	20,56	76,05	285 900	18,03	—	—	261 141	16,63	7 034	9,70	333 670	17,45	—	—
Produtos minerais	1,71	—	88 600	5,59	—	—	77 386	4,93	—	—	56 610	2,96	—	—
Produtos das indústrias químicas e conexas	14,37	0,03	103 400	6,52	—	—	193 028	12,29	2	0,00	157 580	8,24	95	0,20
Matérias plásticas artificiais, esteres da celulose, etc.	2,96	—	88 400	5,58	—	—	63 200	4,02	0	0,00	78 056	4,08	—	—
Peles e couros	0,25	0,13	2 200	0,14	—	—	407	0,03	—	—	1 260	0,07	—	—
Madeira, carvão vegetal, obras de madeira, cortiça .	1,07	—	2 700	0,17	1 300	3,26	3 673	0,23	6 086	8,40	8 774	0,46	—	—
Matérias para o fabrico de papel; papel e suas obras .	2,32	0,00	35 000	2,21	—	—	54 191	3,45	62	0,09	92 193	4,82	—	—
Matérias têxteis e suas obras	22,00	0,56	156 100	9,85	—	—	113 408	7,22	—	—	261 811	13,69	—	—
Calçado e chapéus	3,76	—	51 800	3,27	—	—	30 248	1,93	—	—	25 989	1,36	—	—
Obras de pedra, gesso e cimento	3,40	—	52 500	3,31	—	—	76 829	4,89	—	—	84 619	4,42	—	—
Pérolas, metais preciosos, etc.	0,04	0,61	—	—	—	—	—	—	36 971	51,00	—	—	—	—
Metais comuns e suas obras	6,11	0,73	137 700	8,69	—	—	139 295	8,87	1 014	1,40	171 694	8,98	98	0,20
Máquinas e aparelhos; material eléctrico	9,29	0,02	335 000	21,13	14 100	35,36	343 961	21,90	1 978	2,73	354 651	18,54	1 210	2,49
Material de transporte	3,02	0,12	135 800	8,57	—	—	68 170	4,34	50	0,07	97 178	5,08	1 000	2,06
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc. .	0,78	0,22	16 000	1,01	4 100	10,28	26 103	1,66	6 904	9,52	23 162	1,21	1 423	2,93
Armas e munições	0,10	—	700	1,01	—	—	685	0,04	—	—	1 933	0,10	145	0,30
Mercadorias e produtos diversos	1,20	—	56 100	3,54	800	2,01	49 430	3,15	42	0,06	39 358	2,06	618	1,27
Objectos de arte e de colecção	0,00	0,00	100	0,01	900	2,26	7 654	0,49	1 870	2,58	19 500	1,02	1 972	4,06
<i>Total</i>	100,00	100,00	1 585 471	100,00	39 877	100,00	1 570 361	100,00	72 494	100,00	1 912 651	100,00	48 610	100,00

Nota. — O sinal – significa ausência de trocas comerciais, enquanto 0 corresponde a exportações e importações de montantes reduzidos.

Fonte: Cálculos elaborados pelo autor a partir de estatísticas do comércio externo.

- em análise¹¹ (produtos do reino animal, produtos do reino vegetal e máquinas e material eléctrico), atingindo 82% do total importado com origem em Cabo Verde, 60% na Guiné-Bissau e 89% no caso de São Tomé e Príncipe;
- Merece destaque especial a posição cimeira assumida pelas importações de produtos do reino animal (peixe e marisco) oriundas da Guiné-Bissau (48%) e São Tomé e Príncipe (77%) e que ocupam o primeiro lugar, tal como acontece com o caso de Cabo Verde (46%).

Quanto à alteração ou permanência da estrutura do comércio bilateral relativamente a 1973, a análise dos mesmos quadros conduz às seguintes conclusões:

- Na óptica das exportações portuguesas, a permanência de estrutura é mais vincada nos casos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. No primeiro caso, dos seis principais grupos de produtos exportados em 1973, cinco mantêm-se, enquanto, no caso de São Tomé e Príncipe, os cinco principais grupos de produtos exportados mantêm-se exactamente os mesmos em 1993. Em ambas as situações assiste-se a uma alteração no posicionamento hierárquico dos grupos de produtos. A situação da Guiné-Bissau revela uma maior mudança na estrutura: dos cinco principais grupos de produtos exportados em 1973, mantêm-se apenas três em 1993;
- Constatata-se uma quebra acentuada, para qualquer dos três casos, das exportações de matérias têxteis e suas obras, que, a par das exportações de produtos da indústria alimentar e bebidas, representavam os dois principais grupos de produtos exportados de Portugal. Actualmente, e respeitando igualmente aos três países, os dois principais grupos de produtos de exportação portuguesa são as máquinas, aparelhos e material eléctrico e os produtos das indústrias alimentares e bebidas;
- Na óptica das importações portuguesas, a alteração de estrutura é mais evidente. Ao considerarmos os cinco principais grupos de produtos importados por Portugal em 1973, apenas se encontram dois para o caso de Cabo Verde e um para a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. De referir que o principal produto importado destes dois últimos países (peixe e marisco) não constava das importações efectuadas por Portugal em 1973.

2. A IMPORTÂNCIA DO MERCADO DOS PALOP POR PRODUTOS

Acabado que foi o período de relacionamento preferencial com estes países, e devido a factores internos tão diversos que tornaram estas economias incapazes

¹¹ O que não impede que a consideração do produto específico, que faz parte da classificação mais vasta do grupo de produtos em que se insere, possa diferir. Por exemplo, o principal produto do reino vegetal importado de Cabo Verde é a banana, enquanto no caso da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe é o amendoim e o cacau, respectivamente.

de responder à procura externa dos produtos que anteriormente produziam e exportavam, Portugal efectuou uma erosão de comércio relativamente a estes países e que foi acompanhada por uma espécie de «desvio de comércio» geográfico direcionada para novas fontes alternativas fornecedoras, fontes estas que passaram a situar-se não só na Ásia e América Latina, como também no interior do continente africano.

Como já por diversas vezes foi sublinhado, os PALOP têm actualmente um peso diminuto no comércio externo português, à excepção de Angola. Contudo, esta aproximação globalizante impede que se veja a um nível mais detalhado a importância que alguns desses países e alguns produtos têm na economia portuguesa.

O objectivo deste ponto 2 é precisamente o de situar a importância destes mercados, por clientes ou fornecedores e pelos principais produtos.

A substituição dos PALOP como principais fornecedores por outros países africanos traduziu-se numa procura dirigida a determinados produtos, na sua quase totalidade matérias-primas: madeiras em bruto (Costa do Marfim, Congo e Camarões), algodão em rama (Chade, Costa do Marfim, Tanzânia, Madagáscar e Quénia), sementes e frutos oleaginosos, açúcar e tabaco não manipulado (Nigéria, Costa do Marfim, Suazilândia, Zimbabué e Zâmbia), etc.¹².

2.1. OS PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO¹³

De entre os cinco mercados dos PALOP, o mercado angolano apresenta-se para Portugal e para as suas empresas, consideradas sectorial ou individualmente, como de grande significado.

As quotas de mercado de que Portugal ali dispõe atestam da importância que Angola atribui às empresas portuguesas enquanto seu fornecedor.

Do ponto de vista mais particular, isto é, produto a produto, o mercado angolano é decisivo para a própria manutenção de muitas empresas portuguesas. Sem querermos esgotar a lista de produtos que têm especial significado nas exportações totais portuguesas, a abordagem que se segue pretende retratar um conjunto dessas situações.

O primeiro destaque que merece ser feito respeita ao facto de Angola se apresentar, em praticamente todos estes casos, como 1.º cliente em África e, mais importante ainda, como principal mercado de destino fora da zona da CEE¹⁴. Esta situação foi reforçada ao longo do ano de 1992, e tal facto está associado ao período de paz que vigorou entre meados de 1991 e Outubro de 1992, o qual

¹² V. igualmente Oppenheimer (1986).

¹³ Os quadros que se apresentam nesta secção, bem como na seguinte, foram elaborados a partir de dados insertos em DGCE (1990, 1992 e 1993).

¹⁴ Nos quadros que de seguida se apresentam o facto de não aparecer este ou aquele país não significa que Portugal não tenha exportado ou importado daí. Significa tão-só que a quota desse país é inferior a 0,1% e que se situa para lá do 18.º cliente ou fornecedor de Portugal.

criou uma enorme expectativa e apostar por parte dos empresários portugueses naquele mercado.

Conservas de peixe

Clientes	Anos					Ranking		
	1988	1989	1990	1991	1992	1989	1991	1992
CEE.....	56,0	65,9	72,1	75,7	76,9	—	—	—
Terceiros.....	44,0	34,1	27,9	24,3	23,1	—	—	—
Angola.....	2,0	4,6	4,0	2,4	4,7	7. ^o	8. ^o	5. ^o
África do Sul....	—	—	2,0	1,5	1,6	—	11. ^o	10. ^o
Moçambique.....	—	—	1,4	0,1	—	—	18. ^o	—

Apenas três países africanos têm algum significado na exportação deste produto. O destaque vai naturalmente para Angola (que passa dos 2,4% em 1991 para os 4,7% em 1992, tornando-se o 5.^o mercado de destino e o 1.^o mercado fora dos países industrializados) e em certa medida também para a África do Sul.

O facto de serem duas ex-colónias portuguesas e um país com uma comunidade de portugueses muito numerosa a representarem os países de destino em África parece encontrar explicação no facto de se tratar de um «produto da saudade»¹⁵, como se verificará, aliás, para outros produtos com estas características.

Vinhos

Clientes	Anos					Ranking		
	1988	1989	1990	1991	1992	1989	1991	1992
CEE.....	78,7	74,2	77,3	76,6	74,5	—	—	—
Terceiros.....	21,3	15,8	22,7	23,4	25,5	—	—	—
Angola.....	2,1	5,2	5,2	6,1	10,5	8. ^o	5. ^o	4. ^o

De modo significativo apenas Angola se destaca em África, absorvendo uma proporção anualmente crescente (dos 2,1% em 1988 para os 6,1% em 1991 e os 10,5% em 1992), ocupando o 4.^o lugar como mercado de destino dos vinhos portugueses.

Refira-se que em 1991 Angola foi o principal mercado de destino dos vinhos das regiões demarcadas, absorvendo 14,2% do total deste produto. Registo, finalmente, para o facto de Angola ter representado 40% da totalidade das exportações de vinho português fora da CEE em 1992, a que não foi alheio o acréscimo destas exportações em cerca de 88% de 1991 para 1992, acréscimo este medido em valor.

¹⁵ Feliz expressão do engenheiro Branco Rodrigues, presidente do IROMA, revista *África Mais*, n.^o 7, Agosto de 1992. Obviamente, no caso da África do Sul, a saudade pode ser interpretada mais ou menos à letra, enquanto, nos casos de Angola e Moçambique, tem a ver com hábitos de consumo históricos.

Outros produtos agro-alimentares¹⁶

Clientes	Anos					Ranking		
	1988	1989	1990	1991	1992	1989	1991	1992
CEE	52,8	47,2	59,1	60,4	56,9	—	—	—
Terceiros	47,2	52,8	40,9	39,6	43,6	—	—	—
Angola	8,6	16,2	13,3	16,9	22,8	2. ^o	2. ^o	2. ^o
Cabo Verde	—	—	1,2	1,2	1,6	—	15. ^o	13. ^o
Líbia	—	—	1,8	0,0	—	—	18. ^o	—

Novamente Angola aparece em lugar de destaque, sendo o 2.^o mercado de destino destes produtos tão diversos (16,9% em 1991 e 22,8% em 1992, o que representa 50% fora da CEE).

Cabo Verde e Líbia são outros dois países africanos com algum significado como destino destas exportações.

Produtos energéticos¹⁷

Clientes	Anos					Ranking		
	1988	1989	1990	1991	1992	1989	1991	1992
CEE	30,2	46,4	54,3	58,3	58,6	—	—	—
Terceiros	69,8	53,6	45,8	41,7	41,4	—	—	—
Angola	2,2	1,2	—	—	—	10. ^o	—	—
Cabo Verde	—	—	1,7	1,7	0,7	—	9. ^o	9. ^o

Cabo Verde assume-se em 1991 e 1992 como o 9.^o mercado de destino, ultrapassando Angola. A utilização de combustível, principalmente por aeronaves que escalam o aeroporto internacional do Sal, explica este posicionamento de Cabo Verde.

Produtos farmacêuticos

Clientes	Anos					Ranking		
	1988	1989	1990	1991	1992	1989	1991	1992
CEE	48,3	41,7	44,1	53,2	54,4	—	—	—
Terceiros	51,7	58,3	55,9	46,8	45,6	—	—	—
Angola	11,2	7,7	9,2	15,2	10,9	4. ^o	2. ^o	3. ^o
Argélia	2,5	4,5	—	—	—	7. ^o	—	—
Cabo Verde	—	—	1,8	0,0	—	—	18. ^o	—

¹⁶ Engloba produtos do tipo galinhas congeladas, margarinas, preparados para crianças, leite em pó e empacotado, café torrado, óleos alimentares, enchidos de carne, óleo de azeitonas, águas minerais, etc.

¹⁷ Diz respeito a óleos pesados (fuel, gasóleo, lubrificantes), óleos médios e leves (nafta, gasolinhas).

Destaque assinalável para Angola, que progride de 4.º lugar (1988) para 2.º lugar (1991), detendo uma quota de 15,1% (cerca de 33% fora da CEE). No entanto, e ao contrário do que sucedeu com quase todos os restantes produtos aqui analisados, regista-se uma quebra não só na quota de destino em 1992 (10,9%, fazendo-a passar para 3.º lugar), como no valor de exportação, que regista uma diminuição de 21,3%. Provavelmente, os efeitos do fim da guerra em 1992 terão feito diminuir as suas importações de medicamentos para apoio das suas forças armadas.

A Argélia deve igualmente ser referida, com a sua 7.ª posição em 1988 e uma quota de 4,5% no ano seguinte.

Petroquímicos¹⁸

Clientes	Anos				Ranking	
	1990	1991	1992	1991	1992	
Angola	1,3	1,6	2,6	11.º	10.º	

Referência única a Angola, com o seu 10.º lugar em 1992 e 2,6% das exportações portuguesas.

Outros produtos químicos¹⁹

Clientes	Anos					Ranking		
	1988	1989	1990	1991	1992	1989	1991	1992
CEE	76,3	71,3	72,2	73,7	71,9	—	—	—
Terceiros	23,7	28,7	27,8	26,3	28,1	—	—	—
Angola	5,3	10,1	8,5	9,0	12,2	3.º	3.º	3.º
Cabo Verde	1,6	1,5	1,4	1,2	1,4	10.º	11.º	10.º
Moçambique	1,0	1,4	—	—	—	11.º	—	—
Marrocos	—	—	0,9	1,6	1,1	—	9.º	11.º
Guiné-Bissau	—	—	1,2	1,1	—	—	12.º	—

Cinco países africanos ocupam lugar de destaque nas exportações destes produtos. Sobressaem Angola (3.º lugar, com 9,0% em 1991 e 12,2% em 1992, a que correspondem 45% fora da CEE), Marrocos (1,1%) e depois Cabo Verde e Guiné-Bissau.

Neste conjunto tão diverso de produtos, Angola ocupou o 1.º lugar de destino de sabões e produtos de limpeza, absorvendo 27% do total destas exportações em 1989.

¹⁸ Polímeros (poliacetileno, PVC, etc.).

¹⁹ Refere-se a boracha (pneus novos), tintas e vernizes, sabões e detergentes, produtos inorgânicos, adubos, cosméticos, produtos de limpeza, etc.

Peles e couros²⁰

Clientes	Anos			Ranking	
	1990	1991	1992	1991	1992
CEE	70,2	79,7	66,6	—	—
Terceiros	29,8	20,3	33,4	—	—
Angola	2,0	1,7	12,2	11. ^o	3. ^o

Novamente uma referência em África para Angola, subindo espectacularmente do 11.^o lugar em 1991 (1,5% das exportações) para o 3.^o lugar, com 12,2% de quota de destino (aumentou nove vezes em valor).

Papel e publicações

Clientes	Anos					Ranking		
	1988	1989	1990	1991	1992	1989	1991	1992
CEE	80,6	81,0	79,5	78,8	84,6	—	—	—
Terceiros	19,4	19,0	20,5	21,2	15,4	—	—	—
Angola	2,8	2,6	3,2	4,7	3,3	8. ^o	6. ^o	6. ^o
Argélia	—	—	0,4	2,7	1,4	—	7. ^o	11. ^o

Angola manteve a 6.^a posição entre 1991 e 1992, pese embora a sua quota de destino tenha diminuído dos 4,7% para os 3,3%.

Outras obras têxteis²¹

Clientes	Anos			Ranking	
	1990	1991	1992	1991	1992
CEE	68,7	69,6	70,4	—	—
Terceiros	31,3	30,4	29,6	—	—
Angola	1,8	2,6	5,1	12. ^o	6. ^o
Tanzânia	0,2	1,9	—	14. ^o	—
Marrocos	2,3	1,8	2,0	15. ^o	14. ^o

Três países africanos merecem referência, pese embora as suas quotas de destino e posições relativas não tenham paralelo com Angola. Esta passou do 12.^o lugar para o 6.^o lugar entre 1991 e 1992, a que correspondeu um aumento para o dobro da sua quota: 2,6% em 1991 e 5,1% em 1992.

²⁰ Consideram-se neste grupo peles e couros (semicurtidos e depilados), obras de couro (vestuário e acessórios, malas, sacos e bolsas) e peles com pelo curtidas.

²¹ Corderaria têxtil.

Fibras e fios têxteis²²

Clientes	Anos					Ranking		
	1988	1989	1990	1991	1992	1989	1991	1992
CEE	66,4	72,7	70,9	74,7	78,4	—	—	—
Terceiros	33,6	27,3	29,1	25,9	21,6	—	—	—
Argélia	14,8	6,3	5,5	2,3	—	3. ^º	10. ^º	—
África do Sul	0,7	2,5	2,6	5,7	3,3	9. ^º	6. ^º	10. ^º
Marrocos	—	—	3,1	2,0	3,7	—	11. ^º	9. ^º
Angola	—	—	2,8	1,9	1,1	—	12. ^º	14. ^º
Zimbabwe	—	—	0,5	1,5	—	—	15. ^º	—

Fora do espaço comunitário, cerca de 50% das exportações destes produtos dirigiram-se para África em 1991.

Realce para o facto de Angola não ocupar o 1.^º lugar no conjunto dos países africanos, situando-se na 14.^a posição.

Marrocos é o primeiro país africano, ocupando o 9.^º lugar (com uma quota de 3,7%), seguindo-se-lhe a África do Sul (10.^º lugar).

Tecidos²³

Clientes	Anos					Ranking		
	1988	1989	1990	1991	1992	1989	1991	1992
CEE	70,6	68,7	71,6	69,7	69,7	—	—	—
Terceiros	29,4	31,3	28,4	30,3	30,3	—	—	—
Angola	5,9	7,7	7,6	7,8	6,4	5. ^º	5. ^º	6. ^º

Referência única para Angola, com uma posição de relevo (5.^º lugar em 1991 e 6.^º lugar em 1992) e uma quota de 6,4%, isto é, 21% para o espaço exterior à CEE.

Vestuário de tecido

Clientes	Anos			Ranking	
	1990	1991	1992	1991	1992
CEE	68,0	71,2	71,9	—	—
Terceiros	32,0	28,8	28,1	—	—
Angola	0,7	1,4	2,1	14. ^º	13. ^º

Lugar modesto para Angola, novamente o único mercado africano referenciado, com a sua 13.^a posição e apenas 2,1% do total exportado.

Vestuário de malha

Clientes	Anos		Ranking	
	1991	1992	1991	1992
CEE	80,3	82,5	—	—
Terceiros	19,7	17,5	—	—
Angola	0,6	1,2	16. ^º	15. ^º

²² Fibras (artificiais e sintéticas, de lã e algodão) e fios (artificiais e sintéticos, de lã e algodão).

²³ Tecidos de fibras artificiais/sintéticas, algodão, malha, lã, outros.

Tal como acontece com o vestuário de tecido, a quota de destino do vestuário de malha para Angola é baixa: 0,6% em 1991 e 1,2% em 1992, o que lhe confere a 15.^a posição como cliente.

Têxteis para o lar

Clientes	Anos		Ranking	
	1991	1992	1991	1992
CEE	75,6	75,9	—	—
Terceiros	24,4	24,1	—	—
Angola	1,1	2,5	15. ^o	10. ^o

Na esteira do que foi dito para os dois produtos anteriores, não só a quota de destino (2,5% em 1992), como a sua posição relativa (10.^o lugar), são modestas face a outros produtos aqui analisados.

Deve ser realçado o facto de a variação em valor ter sido de mais de 100%, devido sobretudo ao incremento de vendas de cobertores e mantas.

Calçado e acessórios de vestuário

Clientes	Anos					Ranking		
	1988	1989	1990	1991	1992	1989	1991	1992
CEE	80,3	77,4	77,6	79,2	78,1	—	—	—
Terceiros	19,7	22,6	22,4	20,8	21,9	—	—	—
Angola	0,7	1,0	1,1	2,2	3,6	14. ^o	8. ^o	8. ^o

Registo único para Angola, com os seus 3,6% de absorção das exportações portuguesas e o seu 8.^o lugar em 1991 e 1992.

Note-se, no entanto, que este mercado tem vindo a ganhar, ano após ano, uma importância crescente nas exportações portuguesas destes produtos: 0,7% em 1988, 1,1% em 1990, 2,2% em 1991 e 3,6% em 1992.

O aumento, em valor, verificado entre 1991 e 1992 foi de 60%.

Metais em bruto²⁴

Clientes	Anos					Ranking		
	1988	1989	1990	1991	1992	1989	1991	1992
CEE	76,2	79,7	80,3	82,0	79,6	—	—	—
Terceiros	23,8	20,3	19,7	18,0	20,4	—	—	—
Angola	2,1	3,4	3,3	3,1	4,0	5. ^o	6. ^o	6. ^o
Marrocos	—	—	—	0,3	2,3	—	16. ^o	8. ^o
Cabo Verde	—	—	—	0,7	0,5	—	13. ^o	16. ^o

²⁴ São aqui considerados ferro e aço (laminados, etc., barras e perfis), cobre e suas obras, etc.

Lugar de destaque para Angola, 5.º lugar em 1990 e 6.º lugar em 1991 e 1992, com 4,0% das exportações, a que correspondem 20% fora do espaço comunitário. Trata-se de produtos necessários ao sector da construção civil, sector que em Angola tem tido algum dinamismo e no qual se apresentam à cabeça empresas de construção civil portuguesas.

Cerâmica e vidro

Clientes	Anos		Ranking 1991
	1990	1991	
Angola	1,0	1,4	12.º

Novamente apenas Angola como referência em África: 12.ª posição, com 1,4% em 1991.

Obras de metais²⁵

Clientes	Anos					Ranking		
	1988	1989	1990	1991	1992	1989	1991	1992
CEE	58,9	62,2	66,8	68,8	67,4	—	—	—
Terceiros	41,1	37,8	33,2	31,2	32,6	—	—	—
Angola	5,8	6,2	6,5	7,6	9,7	6.º	5.º	5.º
Moçambique	1,4	1,6	—	—	—	11.º	—	—
Cabo Verde	1,4	1,2	—	0,9	1,1	15.º	13.º	14.º

Outro conjunto de produtos necessários ao desenvolvimento do sector da construção civil. Por essa razão, Angola posiciona-se bastante bem — 5.º lugar em 1991 e 1992, com 7,5% e 9,7%, respectivamente, do total exportado, o que representa cerca de 30% fora da CEE.

Deve ser destacado ainda o facto de este mercado estar a crescer anualmente de importância, passando dos 5,8% em 1988 para os 6,5% em 1990, 7,6% em 1991 e 9,7% em 1992, indo em sentido inverso à tendência das exportações para países terceiros, que não pára de ver diminuída a sua quota.

Moçambique e Cabo Verde ocupam lugares modestos, 11.º e 15.º lugares, com quotas acima de 1%.

Máquinas e aparelhos mecânicos

Clientes	Anos					Ranking		
	1988	1989	1990	1991	1992	1989	1991	1992
CEE	71,7	73,4	72,9	70,7	69,4	—	—	—
Terceiros	28,3	26,6	29,3	29,3	30,6	—	—	—
Angola	3,7	3,7	6,3	6,3	6,8	7.º	6.º	5.º

²⁵ Obras de ferro (moldadas, construções, recipientes, etc.), ferragem, molduras, fechaduras, talheres, ferramentas, obras de alumínio e de cobre.

Uma proporção significativa das exportações portuguesas é absorvida pelo mercado angolano — 6,3% em 1991 e 6,8% em 1992 —, o que lhe confere o 5.º lugar na lista de clientes.

Representa cerca de 22% do total exportado para fora da zona CEE e coloca Angola no 1.º lugar destes países. Significativa é também a constatação do crescimento da quota deste mercado de destino, quase duplicando entre 1988 (3,7%) e 1992 (6,8%).

Aparelhos de som e imagem

Clientes	Anos					Ranking		
	1988	1989	1990	1991	1992	1989	1991	1992
CEE	89,9	87,6	88,7	91,2	91,2	—	—	—
Terceiros	10,1	12,4	11,3	8,8	8,8	—	—	—
Angola	2,6	4,4	2,3	3,8	4,2	6.º	7.º	6.º

Angola aparece uma vez mais como único país africano e detendo uma posição razoável: 6.ª posição, com 4,2% das exportações totais e 50% das exportações para fora do espaço CEE.

Outros aparelhos eléctricos²⁶

Clientes	Anos					Ranking		
	1988	1989	1990	1991	1992	1989	1991	1992
CEE	85,0	85,2	86,1	85,7	83,2	—	—	—
Terceiros	15,0	14,8	13,9	14,3	16,8	—	—	—
Angola	3,3	2,5	2,5	3,2	3,9	8.º	5.º	6.º

Mais uma vez, Angola ocupa uma posição relativa igual ao caso anterior, isto é, a 6.ª posição, com uma quota de 3,9% em 1992 e 23% das exportações fora da CEE.

Veículos automóveis

Clientes	Anos					Ranking		
	1988	1989	1990	1991	1992	1989	1991	1992
CEE	94,1	93,8	93,2	94,0	92,7	—	—	—
Terceiros	5,9	6,2	6,8	6,0	7,3	—	—	—
Angola	0,9	2,0	1,9	2,2	4,0	5.º	8.º	6.º

Angola ocupava a 8.ª posição em 1991 e encontrava-se em 8.º lugar, com uma quota de 2,2%. Contudo, o ano de 1992 viu a sua quota reforçar-se, passando para os 4,0% e a 6.ª posição, o que representa 55% das exportações portuguesas para fora do espaço comunitário.

²⁶ São aqui considerados fios e cablagens, aparelhos de interrupção, transformadores e bobinas, condensadores, refrigeradores e congeladores, etc.

Outro material de transporte²⁷

Clientes	Anos			Ranking	
	1990	1991	1992	1991	1992
CEE	40,4	58,8	29,5	—	—
Terceiros	59,6	41,2	70,5	—	—
Angola	5,8	5,4	11,8	8.º	2.º
Zimbabwe	3,8	6,7	5,5	5.º	3.º
Libéria	—	—	40,6	—	1.º

O Zimbabwe, que apareceu à frente de Angola em 1991, viu inverter-se a sua posição relativa face a esta última.

Assim, e de modo espectacular, a quota de Angola passou dos 5,4% em 1991 para os 11,8% em 1992, o que tornou este país o 2.º cliente de Portugal, a seguir à Libéria, que registou uma quota de 40,6%.

De referir, igualmente, que, em termos de valor, as exportações aumentaram quase cinco vezes.

Produtos acabados diversos²⁸

Clientes	Anos					Ranking		
	1988	1989	1990	1991	1992	1989	1991	1992
CEE	75,6	73,9	72,5	72,9	73,5	—	—	—
Terceiros	24,4	26,1	27,5	27,1	26,5	—	—	—
Angola	4,0	4,3	5,8	8,5	10,7	6.º	4.º	4.º
África do Sul	0,9	1,1	—	—	—	12.º	—	—

Uma vez mais, Angola ocupa um lugar de relevo, sendo o 4.º cliente destes produtos portugueses, com uma proporção de 8,5% em 1991 e 10,7% em 1992, situação que aparece na sequência de um reforço anual desta quota (uma quase duplicação entre 1990 e 1992). Significa isto igualmente cerca de 40% das exportações para fora da CEE.

2.2. OS PRINCIPAIS PRODUTOS DE IMPORTAÇÃO

Contrariamente à situação anterior, as quotas de importação relativas aos produtos oriundos de Angola não a colocam numa posição de destaque. Em virtude da sua incapacidade de produção interna, as exportações de Angola com destino a Portugal merecem apenas referência em três produtos — café, petróleo e diamantes.

²⁷ Principalmente embarcações de pesca e recreio, material ferroviário, etc.

1098 ²⁸ Inclui mobiliário, instrumentos e aparelhos de óptica e de precisão, brinquedos, etc.

Chá, café, cacau

Clientes	Anos					Ranking		
	1988	1989	1990	1991	1992	1989	1991	1992
CEE.....	42,1	45,1	58,9	60,9	63,4	—	—	—
Terceiros.....	57,9	54,9	41,1	39,1	36,6	—	—	—
Costa do Marfim ..	6,4	8,1	4,6	6,4	5,7	4. ^o	8. ^o	8. ^o
Camarões.....	4,0	7,3	6,6	3,4	2,5	6. ^o	11. ^o	12. ^o
Angola.....	7,0	6,0	4,2	2,7	3,0	8. ^o	13. ^o	11. ^o
Zaire.....	—	—	3,3	2,8	2,2	—	12. ^o	13. ^o

Em 1991 e 1992 os países africanos representaram cerca 15% das importações totais portuguesas e 38% das provenientes de fora da CEE. Contudo, nota-se uma perda de posição relativa assinalável, passando de uma quota de cerca de 22% em 1989 para 18,7% em 1990, 15,3% em 1991 e 13,4% em 1992.

Esta tendência é bem mais visível olhando para a hierarquização dos países entre 1988 e 1992, perdendo entre quatro e cinco lugares no seu posicionamento: a Costa do Marfim passa de 4.^o para 8.^o lugar, enquanto os Camarões têm uma oscilação no período e acabam por se situar na 12.^a posição.

Ao invés, Angola vê reduzir para menos de metade a sua quota no mercado português (3,0%), situando-se na 11.^a posição.

Petróleo bruto

Clientes	Anos					Ranking		
	1988	1989	1990	1991	1992	1989	1991	1992
OPEP.....	69,4	72,5	75,2	69,5	62,8	—	—	—
Nigéria.....	23,2	25,8	26,5	21,2	24,4	1. ^o	1. ^o	1. ^o
Argélia.....	15,7	11,3	10,0	8,2	8,7	7. ^o	5. ^o	4. ^o
Líbia.....	—	—	3,7	6,4	3,8	—	7. ^o	8. ^o
Outros.....	30,6	27,5	24,8	30,5	37,2	—	—	—
Egipto.....	7,5	7,7	8,8	11,6	16,3	5. ^o	4. ^o	2. ^o
Angola.....	2,4	3,3	4,9	6,8	6,0	10. ^o	6. ^o	7. ^o

Os países africanos representaram em 1991 cerca de 55% das importações totais portuguesas de petróleo bruto e 58% no ano seguinte, reforçando, assim, a tendência crescente de fonte geográfica fornecedora deste produto a Portugal: em 1988 representava 51%, em 1990 cerca de 53,5% e em 1991 55%.

A Nigéria mantém-se neste intervalo de tempo como o principal fornecedor (24,4% em 1992), seguida do Egipto (2.^o lugar), da Argélia, de Angola (7.^a posição) e da Líbia.

Registe-se que todos estes países viram reforçada a sua posição relativa entre 1989 e 1991, com especial destaque para o Egipto (de 5.^o para 2.^o), Argélia (de 7.^o para 4.^o) e Angola, que subiu do 10.^o lugar para o 7.^o (quota de 6,0%)²⁹.

²⁹ Este facto deve-se ao incremento do fornecimento diário de petróleo angolano a Portugal como contrapartida (ou garantia) das exportações de produtos portugueses para Angola e do serviço da dívida para com Portugal (Evergreen Crude Petroleum Sales Contract).

Pedras e metais preciosos

Clientes	Anos		Ranking	
	1991	1992	1991	1992
CEE	80,2	74,4	-	-
Terceiros	19,9	25,6	-	-
Angola	0,1	6,9	12. ^º	4. ^º
Zaire	0,6	0,6	11. ^º	11. ^º

Em consequência do começo das operações de uma empresa portuguesa ligada à exploração diamantífera em consórcio com uma outra angolana, regista-se em 1992 uma importação de cerca de 2,5 milhões de contos referentes a diamantes e provenientes de Angola. Deste modo, neste grupo de produtos Angola passa a ocupar a 4.^a posição, com uma quota de fornecedor de 6,9%.

2.3. UM BREVE BALANÇO

A análise do comércio externo bilateral por produtos pôs em evidência a importância que representam para Portugal alguns dos mercados dos PALOP no contexto africano e, nomeadamente, as exportações de produtos portugueses para Angola.

Angola ocupa uma posição de destaque nas exportações portuguesas (6.^º lugar em 1992), destaque este que ainda sobressai mais quando a análise é efectuada por produto.

Do mesmo modo, e do ponto de vista de Angola, Portugal representa o seu principal fornecedor, ocupando mesmo cerca de 40% do seu mercado de importação.

Esta situação, no entanto, corresponde a factores de ordem estrutural (debilidade e incapacidade de Angola para produzir a níveis normais o que em situação de estabilidade seria capaz) e conjuntural³⁰ (a disponibilidade ou não de divisas condiciona os montantes a importar, ou ainda, como aconteceu mais recentemente, no ano de 1992, que foi excepcional, quer do ponto de vista das expectativas positivas que se criaram, quer do programa de importações que o governo angolano estabeleceu, tendo em vista o desfecho eleitoral de Setembro desse ano).

Assim, se o ano de 1992 foi o culminar do reforço da posição relativa (e absoluta) dos produtos portugueses em Angola, beneficiados pela conjugação daqueles factores, os anos de 1993 e 1994 representaram o seu inverso. A situação de guerra, que voltou, a dificuldade em arranjar as divisas suficientes para garantir as importações, as dificuldades acrescidas em obter empréstimos comerciais no exterior e, enfim e no caso de Portugal, o avolumar da dívida comercial a centenas de empresas portuguesas, e que se encontra por regularizar, colocaram as exportações portuguesas para Angola a níveis semelhantes aos verificados no final da década de 80.

Em suma, as determinantes das exportações para os PALOP não residem apenas na capacidade concorrencial que Portugal possa ter neste ou naquele

produto, dependem igualmente, e em larga medida, das condições económicas e financeiras desses países, condições estas que influenciam igualmente a sua capacidade de produção e exportação para Portugal.

3. O INVESTIMENTO PORTUGUÊS NOS PALOP

O mercado dos PALOP e, muito especialmente, os mercados angolano e moçambicano apresentam inegáveis potencialidades susceptíveis de atraírem o investimento português.

A realidade dos números, no entanto, dá conta de uma enorme disparidade entre o número de projectos e montantes envolvidos nas declarações de intenção de investimento português que têm dado entrada, quer no Gabinete de Investimento Estrangeiro, em Angola³¹, quer no Centro de Promoção de Investimento, em Moçambique³², e os que efectivamente passam à fase de aprovação e, finalmente, de realização.

Se tentarmos procurar as razões para tão fraco desempenho dos empresários portugueses neste domínio³³, ter-se-á de enumerar um conjunto de condições objectivas que se apresentam como constrangimentos, em graus diferenciados conforme o país em apreço, e que contribuem para a actual dimensão do investimento português naqueles países:

- Distorções económicas e mau funcionamento das regras de uma economia de mercado;
- Burocracia e morosidade administrativa na análise dos projectos em todo o seu percurso;
- Risco económico do país;
- Constrangimentos externos (financeiros, políticos, etc.);
- Impossibilidade de garantir a importação contínua de matérias-primas necessárias à laboração;
- Falta de parceiros locais;
- Problemas com infra-estruturas (energia, água, rede de transportes);
- Problemas com a mão-de-obra: nível de qualificação, absentismo, etc.;
- Sistema de preços inadequado;
- Sobrevalorização da moeda nacional;
- Instabilidade político-militar.

A ponderação de todos estes factores na análise de rentabilidade dos projectos que se pretendem executar no país tem feito hesitar a tomada de decisão definitiva

³¹ A este respeito, v. Ferreira (1993), pp. 83-84.

³² De acordo com a revista *InformÁfrica Confidencial*, n.º 68, Dezembro de 1994, o Centro de Promoção de Investimento moçambicano divulgou que no ano de 1994 cerca de 50% dos investimentos autorizados (mas ainda não concretizados) referem-se a empresas portuguesas.

³³ Uma análise sobre estas questões pode ser encontrada em Ferreira (1992a).

por parte do empresário português. Do ponto de vista do passado recente (entre 1975 e 1990), as nacionalizações e os confiscos encetados particularmente pelos governos angolano e moçambicano contribuíram para resfriar o ânimo que pudesse existir por parte do empresário português. Todos estes factores ponderados parecem confirmar a influência negativa das condições de «ambiente» existentes, essenciais para definir um clima acolhedor ou «hostil» do investimento estrangeiro.

O balanço mais recente do investimento português nestes países (quadro n.º 12) permite destacar o seu diminuto peso relativamente ao investimento total português no estrangeiro: 3,1% em 1993 e apenas 1,8% no 1.º semestre de 1994. É curioso notar-se que só passados os cinco primeiros anos após a independência dos actuais PALOP o investimento português começou a dar sinais de aproximação (5,4% do total em 1981), mas bastante aquém da sua importância relativa nos anos imediatamente anteriores a essas independências: 34,8% em 1971, 16,6% em 1973 e 30,2% em 1974.

Neste contexto, será preciso esperar pelo ano de 1983 para que o investimento português retome um valor relativo significativo — 21,1% —, atingindo o seu máximo no ano seguinte (41,8%). O ano de 1987 (8,8%) marca uma ruptura com aquela retoma (a que não serão alheias as consequências da adesão de Portugal à CEE em 1986) e dá início a uma oscilação (em termos relativos) tendencialmente decrescente até 1994.

Investimento português nos PALOP e em Angola
[valor total (em milhares de contos) e peso relativo]

[QUADRO N.º 12]

	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994 (1.º s)
PALOP	55	81	204	254	25	0	3	0	0	17	98	41
Em percentagem do total português	34,8	25,5	16,6	30,2	—	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	5,4	2,3
Angola	—	—	—	—	—	—	0	0	0	0	1	35
Em percentagem dos PALOP	—	—	—	—	—	—	0,0	—	—	0,0	1,02	85,3
PALOP	638	727	104	997	385	467	1415	1443	1441	2673	1474	75
Em percentagem do total português	21,1	41,8	27,4	31,8	8,8	3,8	10,2	6,1	1,9	2,7	3,1	1,8
Angola	555	720	1012	842	332	266	522	273	470	1775	388	7
Em percentagem dos PALOP	87,0	99,0	97,2	84,4	86,2	57,0	36,9	18,9	32,6	66,4	26,3	9,3

Fonte: Cálculos do autor a partir de estatísticas dos relatórios e da DEE do Banco de Portugal.

1102 De assinalar ainda uma estagnação do valor do investimento total em termos reais, já que em 1990, 1991 e 1993 ele situou-se à volta de 1,4 milhão de contos.

Quanto ao investimento por país (quadro n.º 13), os anos mais recentes não permitem que se conclua pela posição preponderante deste ou daquele PALOP, ao contrário do que sucedeu entre os anos de 1982 e 1987, onde Angola absorveu, só à sua conta, mais de 80% do investimento português nos PALOP (v. quadro n.º 12).

Investimento português nos PALOP
Em milhares de contos e em percentagem

[QUADRO N.º 13]

	Valor				Percentagem PALOP				Percentagem mundo			
	1990	1991	1992	1993	1990	1991	1992	1993	1990	1991	1992	1993
Cabo Verde	107	222	21	40	7,4	15,4	0,81	2,7	0,38	0,29	0,02	0,08
Guiné-Bissau	290	305	604	0	20,1	21,1	22,6	0,0	1,03	0,14	0,62	0,00
São Tomé e Príncipe .	148	0	0	0	10,3	0,0	0,0	0,0	0,53	0,00	0,00	0,00
Moçambique	626	444	273	1046	43,4	30,8	10,2	70,9	1,98	0,64	0,28	2,20
Angola	272	470	1775	388	18,8	32,7	66,4	26,4	0,97	0,80	1,82	0,82
<i>Total (PALOP) ..</i>	<i>1443</i>	<i>1441</i>	<i>2673</i>	<i>1474</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>4,89</i>	<i>1,87</i>	<i>2,75</i>	<i>3,10</i>

Nota. — Os 40 000 contos referentes ao investimento em Cabo Verde (1993) incluem São Tomé e Príncipe.

Fonte: DEE do Banco de Portugal.

No entanto, e relativamente aos anos mais recentes, Moçambique foi em 1990 o principal destinatário do investimento português nos PALOP (43,4% do total nesta região), trocando essa posição em 1991 e 1992 com Angola (atingindo neste último ano 66,4% do total), retomando Moçambique a dianteira em 1993 e Cabo Verde no 1.º semestre de 1994.

Se, em termos relativos, a parte do investimento português destinado a Angola ou a Moçambique face ao total investido por Portugal se situa em valores muito baixos, o facto é que *a perspectiva do melhoramento do ambiente de investimento nestes países*, nomeadamente pelo fim da guerra e das medidas de liberalização económica tomadas ou previstas, pode vir a entusiasmar o empresário português, a exemplo do que ocorreu com o quadruplicar do montante investido em Angola entre 1991 e 1992 e em Moçambique entre 1992 e 1993.

As alterações de ordem político-militar e económicas, especificamente desde 1991, tiveram repercussões claras no destino do investimento português para estes dois países relativamente ao *sector de actividade* (v. anexos n.ºs 2 e 3).

Assim, em Angola as construções e obras públicas estiveram em primeiro plano em 1989 (77% do investimento), a indústria extractiva hegemonizou os anos de 1990 e 1991 (64% neste último ano), passando o comércio (44%) e a indústria transformadora (26%) a dominar o ano de 1992. Em Moçambique o investimento sectorial começou por privilegiar o sector bancário em 1988, passando dois anos depois a construção e obras públicas para a primeira posição (94,7%), que manteve, a par da indústria transformadora (35%), em 1991, sobressaindo no ano seguinte o sector agrícola (45,8%), bancário (24%) e industrial (23%).

Quanto aos restantes países³⁴, destaque para o investimento na área das construções e obras públicas (40%) em Cabo Verde no ano de 1990 e nos transportes, armazenagem e comunicações (40%) igualmente nesse ano e para este país, em 1989 para a Guiné-Bissau (75%) e São Tomé e Príncipe (100%) e, de novo, 1991 para a Guiné-Bissau (85%). A agricultura e pescas dominou os anos de 1990 e 1992 na Guiné-Bissau, respectivamente com 70% e 45%, o comércio e hotelaria em 1992 (55%) e em São Tomé e Príncipe (100%) no ano de 1990 e, finalmente, o sector bancário e de seguros (90%) no caso de Cabo Verde em 1991.

A finalizar, uma referência para o investimento português por *tipo de operação financeira* (quadros n.^{os} 14 e 15).

**Investimento directo de Portugal em Angola
(tipo de operação e sector de actividade)**

[QUADRO N.^o 14]

Discriminação	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
1. Constituição de novas empresas ou sucursais, aquisição total ou parcial de estabelecimentos, participação no capital social, etc.	1 011	842	326	266	520	273	470	1 735
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	-	-	-	-	-	-	59	100
Indústrias extractivas	987	837	312	256	89	141	303	209
Indústrias transformadoras	-	-	-	-	-	3	6	466
Construção e obras públicas	7	1	-	-	430	58	21	8
Comércio por grosso/retalho, restaurantes e hotéis	2	3	-	-	1	58	55	785
Transportes, armazéns, comunicações	-	-	-	1	-	-	4	-
Bancos, OIMS, seguros, imobiliário, serviços às empresas	-	1	14	9	-	13	22	206
Serviços prestados à colectividade, serviços sociais e serviços pessoais	15	-	-	-	-	-	-	-
2. Reinvestimento de rendimentos de capitais no país	0	0	6	0	0	0	0	0
Bancos, OIMS, seguros, imobiliário, serviços às empresas	-	-	6	-	-	-	-	-
3. Empréstimos e suprimentos de prazo superior a um ano das empresas e suas sucursais	1	0	0	0	2	0	0	40
Comércio a grosso/retalho, restaurantes e hotéis	1	-	-	-	2	-	-	-
4. Soma (1 a 3)	1 012	842	332	266	522	273	470	1 775

Fonte: DEE do Banco de Portugal.

No caso de Angola, o contrato de consórcio prevaleceu em 1988 e 1991 (em ambos os casos no sector da indústria extractiva), a abertura de sucursal ou

escritório de representação caracterizou o investimento de 1989 (na construção e obras públicas), enquanto a constituição de empresas pelos diferentes sectores da actividade económica (75% do total) marcou o ano de 1992.

Investimento directo de Portugal em Moçambique
(tipo de operação e sector de actividade)

[QUADRO N.º 15]

Discriminação	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992 (1.º semestre)
1. Constituição de novas empresas ou sucursais, aquisição total ou parcial de estabelecimentos, participação no capital social, etc.	15	18	4	38	93	626	384	178
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	-	-	-	-	-	-	34	125
Indústrias extractivas	-	-	-	-	-	-	26	-
Indústrias transformadoras	8	8	4	8	-	16	98	41
Construção e obras públicas	-	-	-	1	57	593	150	-
Comércio por grosso/retalho, restaurantes e hotéis	-	-	-	-	-	-	26	12
Transportes, armazéns, comunicações	-	-	-	9	8	-	31	-
Bancos, OIMS, seguros, imobiliário, serviços às empresas	6	10	-	14	1	17	9	-
Serviços prestados à colectividade, serviços sociais e serviços pessoais	1	-	-	6	-	-	10	-
2. Reinvestimento de rendimentos de capitais no país	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Empréstimos e suprimentos de prazo superior a um ano das empresas e suas sucursais	0	0	0	0	0	0	60	0
Indústrias transformadoras	-	-	-	-	-	-	60	-
4. Soma (1 a 3)	15	18	4	38	93	626	444	178

Fonte: DEE do Banco de Portugal.

No que se refere a Moçambique, a constituição de empresas representou sempre mais de 90% do investimento, com exceção do ano de 1991 (65%), onde a abertura de sucursal ou escritório de representação e empréstimos e suprimentos a sucursais teve algum significado.

No que se refere aos restantes três PALOP e para o mesmo período de anos, a constituição de empresas caracterizou o tipo de investimento português em Cabo Verde, onde a aquisição total ou parcial de empresa já constituída também marcou o ano de 1990. No caso da Guiné-Bissau, este mesmo tipo de investimento também se evidenciou até 1991, aparecendo neste ano e no seguinte os empréstimos e suprimentos a sucursais. Também em 1992 a aquisição total ou parcial de empresa já constituída teve carácter relevante (50% do total). Finalmente, no que se refere a São Tomé e Príncipe, a constituição de empresas marcou os anos em que se registou investimento português, ou seja, 1989 e 1990.

4. UM ENFOQUE SOBRE A BALANÇA DE PAGAMENTOS ENTRE PORTUGAL E OS PALOP

As relações económicas entre Portugal e cada um dos PALOP não se esgotam na actividade do comércio externo ou no movimento de capitais de médio e longo prazo, como seja o investimento. Embora estas duas vertentes sejam, inegavelmente, a base de sustentação do relacionamento económico bilateral, outras operações existem e que, consideradas conjuntamente com as primeiras, traduzem a balança de pagamentos entre Portugal e cada um dos cinco países em análise (quadro n.º 16).

Saldos da balança de pagamentos Portugal/PALOP (1972-1992)
Em milhares de contos

[QUADRO N.º 16]

	1972	1973	1980	1982	1984	1986
a) Transacções correntes	3 677	3 992	13 321	17 056	37 170	18 625
Mercadorias	2 110	4 081	11 660	13 075	25 354	11 201
Serviços e rendimentos	-380	-1 576	318	1 232	6 649	3 266
Transferências unilaterais	1 947	1 487	1 345	2 749	5 167	4 058
b) Capitais a médio e longo prazo	-4 555	-2 035	-1 498	-2 956	-14 588	-8 391
c) Balança básica	-878	1 957	11 825	14 100	22 582	10 234
	1987	1988	1989	1990	1991	1992
a) Transacções correntes	23 683	43 371	63 471	68 938	85 909	110 252
Mercadorias	19 172	36 965	54 975	63 884	80 294	106 318
Serviços e rendimentos	2 026	4 426	6 736	2 840	3 597	3 402
Transferências unilaterais	2 505	1 780	1 960	2 214	2 018	1 532
b) Capitais a médio e longo prazo	-9 357	-3 174	-4 429	-8 712	-10 949	-24 095
c) Balança básica	14 326	40 197	59 042	60 226	74 960	86 157

Fonte: DEE do Banco de Portugal.

A abordagem desta questão, considerando a totalidade dos PALOP, permite efectuar algumas considerações interessantes.

No cômputo global, e no que se refere ao período pós-independência dos PALOP, as operações económicas geraram sempre um saldo positivo da balança de pagamentos (balança básica) favorável a Portugal.

A principal componente deste *superavit* é o saldo da balança comercial (mercadorias), na maior parte dos anos de valor superior ao saldo da balança básica. Quando tal não ocorre, contribui em mais de 90% para este último saldo.

Esta situação não é anómala, visto que aqueles mercados, pelo seu grau de desenvolvimento e problemas económicos internos, não solicitam grande mo-

vimentação para outras rubricas da balança básica. A excepção, que poderia ser o movimento de capitais sob a forma de investimento directo português, não tem encontrado grande expressividade (v. ponto anterior), em virtude dos bloqueios administrativos e institucionais aí existentes, das insuficiências e dos problemas conjunturais e estruturais que essas economias apresentam, do clima de instabilidade aí reinante (particularmente em Angola e Moçambique), etc.

A balança de transacções correntes tem visto o seu saldo aumentar ano após ano, com duas quebras em 1985 e 1986, acompanhando, em paralelo, o movimento do saldo da balança comercial. Tal facto resulta directamente das insuficiências dos aparelhos produtivos dos PALOP, que tornam inevitável o crescente recurso à importação para satisfazerem o seu consumo interno, ao mesmo tempo que se encontram incapazes de aumentarem a exportação dos seus potenciais produtos. O corolário lógico é um aumento das exportações portuguesas para os PALOP (nalguns casos sustentadas pela existência de linhas de crédito à exportação abertas por Portugal, com as consequências que o ponto 5 analisará), sem grande contrapartida do lado das importações³⁵, o que faz aumentar o *superavit* da balança comercial favorável a Portugal.

Duas referências finais devem ainda ser efectuadas: a *primeira* diz respeito à enorme variação que ao longo do tempo se constata existir nos saldos da balança de serviços e rendimentos e das transferências unilaterais (particularmente as remessas dos portugueses que ali se encontram, conhecidos eufemisticamente por cooperantes...), sem se conseguir identificar uma trajectória claramente ascendente ou descendente. A *segunda* prende-se com o défice apresentado pelos capitais de médio e longo prazo, que se deve, não ao fluxo de investimento directo português, mas sim aos créditos comerciais (linhas de crédito à exportação) concedidos àqueles países para assegurarem importações oriundas de Portugal e aos encargos anuais do Estado português com a sua participação na manutenção de Cabora-Bassa, em Moçambique.

A finalizar, a comparação do comportamento desta balança de pagamentos com a registada antes da independência dos PALOP (1972 e 1973) permite identificar em comum a obtenção de *superavits* (crescentes) na balança de transacções correntes, na comercial e na de transferências unilaterais e um défice nos capitais de médio e longo prazo. De comportamento diferenciado, pode apontar-se o défice da balança de serviços e rendimentos e a variação défice/*superavit* no saldo da balança básica.

Quanto às balanças de pagamentos entre Portugal e cada um dos PALOP, que em seguida se descreverão, elas apontam para situações semelhantes, como já fora referido, mas com algumas nuances.

³⁵ Se se retirassem as importações de petróleo angolano, cujo acordo apresenta características muito particulares, reduziríamos em cerca de 80% o valor das importações totais portuguesas oriundas dos PALOP.

No caso de *Angola* (quadro n.º 17), podem extrair-se, de forma sintetizada, as seguintes conclusões:

- a) O saldo da balança básica foi sempre positivo e acompanha de perto a evolução do saldo da balança de transacções correntes, tendo diminuído ligeiramente esta relação nos anos de 1991 e 1992;
- b) O saldo desta última é claramente superior ao saldo da balança de operações de capitais;
- c) Enquanto o saldo da balança de transacções correntes foi sempre positivo, no caso das operações de capitais tal não se verificou em 1984, 1986 e desde 1989, apresentando uma tendência para o agravamento do seu défice;
- d) No que respeita à balança de transacções correntes, o seu saldo global tem sido determinado essencialmente pela evolução da balança comercial, embora as transferências unilaterais e a balança de serviços e rendimentos tivessem começado a contribuir, mais recentemente, para uma quota-parte razoável do saldo das transacções correntes;
- e) Quanto às operações de capitais de médio e longo prazo, essencialmente constituídas por créditos comerciais à exportação e em menor montante por investimento directo, verifica-se um saldo negativo em 1984, 1986 e desde 1989. O valor das operações de *Angola* com Portugal tem uma expressão limitada, o que não acontece no sentido inverso;
- f) Finalmente, quanto ao investimento directo, as verbas envolvidas são bastante reduzidas e, no conjunto da balança de pagamentos, são de expressão diminuta, pese embora tenham quadruplicado entre 1991 e 1992, atingindo 1,7 milhões de contos.

Relativamente à situação da balança de pagamentos com *Moçambique* (quadro n.º 18), pode constatar-se que, ao invés do que sucedeu com o saldo da balança de pagamentos bilateral entre Portugal e cada um dos outros PALOP, o saldo foi favorável àquele país entre 1984 e 1987 e de novo em 1992 (quando atingiu o seu máximo valor) e praticamente equilibrado em 1990 e 1991.

A razão deste facto reside na alteração dos montantes envolvidos na rubrica de capitais de médio e longo prazo, particularmente devido às responsabilidades financeiras do Estado português para com o empreendimento de Cabora-Bassa e, no caso específico de 1992, por um acréscimo muito substancial na aplicação em *Moçambique* de capitais oriundos do sector privado.

Quanto ao comportamento da balança de transacções correntes, apura-se a existência de um saldo anual positivo favorável a Portugal, onde a balança comercial é o seu principal determinante (contribui entre 70% e 80% para esse saldo). Curiosamente, esta série foi interrompida no último ano disponível, registando pela primeira vez um défice desfavorável a Portugal, quer na balança comercial, quer na de transacções correntes.

Balança de pagamentos Portugal-Angola

Em milhares de contos

	1984			1985			1986		
	Débito	Crédito	Saldo	Débito	Crédito	Saldo	Débito	Crédito	Saldo
1. Transações correntes	6 462	33 930	27 468	15 007	38 264	23 257	11 626	21 282	8 666
Mercadorias (a)	5 550	22 722	17 172	14 000	26 720	12 720	11 109	13 521	2 412
Serviços e rendimentos (b)	858	6 738	5 880	953	6 314	5 361	486	3 431	2 945
Turismo	145	794	649	32	1 406	1 374	83	1 027	944
Transportes	139	141	2	404	313	- 91	134	141	7
Fretes de mercadorias	-	79	79	11	216	205	-	177	177
Outros	139	62	- 77	393	97	- 296	134	141	7
Seguros	6	23	17	-	61	61	-	11	11
Rendimentos de capitais	102	1 008	906	65	804	739	9	483	474
Estado	104	24	- 80	132	63	- 69	122	27	- 95
Diversos	362	4 748	4 386	320	3 667	3 347	138	4 565	1 427
Transferências unilaterais	54	4 470	4 416	54	5 230	5 176	31	3 330	3 299
2. Operações de capitais a médio e longo prazo	5 411	3 161	- 2 250	6 964	7 197	233	2 160	1 040	- 1 120
Investimentos directos	720	-	- 720	1 013	1	- 1 012	842	1	- 841
Créditos comerciais	4 691	3 133	- 1 558	5 951	7 182	1 231	1 318	1 035	- 283
Créditos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	-	28	28	-	14	14	-	4	4
3. Balança económica	11 873	37 091	25 218	21 971	45 461	23 490	13 786	21 322	7 536
1987			1988			1989			
Débito	Crédito	Saldo	Débito	Crédito	Saldo	Débito	Crédito	Saldo	
1. Transações correntes	6 147	18 712	12 565	4 982	34 204	29 222	9 336	57 832	48 495
Mercadorias (a)	5 614	14 612	8 998	4 499	29 660	25 161	8 130	50 420	42 289
Serviços e rendimentos (b)	520	2 266	1 746	455	3 221	2 766	1 096	6 080	4 984
Turismo	156	576	420	40	842	802	196	2 260	2 064
Transportes	37	129	92	94	53	- 41	318	199	- 119
Fretes de mercadorias	3	34	31	-	2	2	2	9	7
Outros	34	95	61	94	51	- 43	316	190	- 126
Seguros	-	2	2	-	13	13	-	13	13
Rendimentos de capitais	6	455	449	6	91	85	125	615	490
Estado	127	11	- 116	150	6	- 144	262	121	- 141
Diversos	194	1 093	899	165	2 216	2 015	195	2 872	2 677
Transferências unilaterais	13	1 834	1 821	28	1 323	1 295	110	1 332	1 222
2. Operações de capitais a médio e longo prazo	1 616	1 853	237	1 112	1 715	603	3 623	3 541	- 82
Investimentos directos	332	-	- 332	265	-	- 265	520	-	-
Créditos comerciais	1 284	1 853	569	847	1 696	849	3 103	3 541	- 82
Créditos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Outras	-	-	-	-	19	19	-	-	-
3. Balança económica	7 763	20 565	12 802	6 094	35 919	29 825	12 959	61 373	48 413
1990			1991			1992			
Débito	Crédito	Saldo	Débito	Crédito	Saldo	Débito	Crédito	Saldo	
1. Transações correntes	13 918	63 561	49 643	15 433	84 338	68 905	16 617	116 619	100 002
Mercadorias (a)	12 521	58 522	46 001	14 457	79 066	64 609	15 649	110 788	96 139
Serviços e rendimentos (b)	1 334	3 505	2 171	925	3 887	2 962	936	4 791	3 855
Turismo	166	234	68	99	441	342	51	695	644
Transportes	370	743	373	281	310	29	8	166	158
Fretes de mercadorias	0	53	53	3	126	123	0	120	120
Outros	370	690	320	278	184	- 94	8	46	38
Seguros	0	22	22	1	21	20	0	29	29
Rendimentos de capitais	286	508	222	39	1 258	1 219	45	724	679
Estado	151	23	- 128	246	61	- 185	352	209	- 143
Diversos	361	1 975	1 614	259	1 796	1 537	480	3 068	2 588
Transferências unilaterais	63	1 534	1 471	51	1 385	1 334	32	1 040	1 008
2. Operações de capitais a médio e longo prazo	6 882	3 504	- 3 378	10 701	4 542	- 6 159	24 240	8 343	- 15 897
Sector privado	6 882	3 504	- 3 378	10 701	4 542	- 6 159	24 240	8 343	- 15 897
Investimentos directos	273	-	- 273	470	-	- 470	1 775	-	- 1 775
Sector público	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Balança económica	20 800	67 065	46 265	26 314	88 880	62 746	40 857	124 962	84 105

(a) CIF para as importações, FOB para as exportações. Segundo dados fornecidos pelo INE.

(b) Baseados integralmente nas estatísticas de liquidações do sistema bancário, diferindo sobre tudo no que respeita a fretes e seguros de mercadorias das balanças de pagamentos externos globais, em que estas rubricas são obtidas por estimativa.

Fonte: Banco de Portugal.

Nos três restantes casos, Cabo Verde (v. anexo n.º 4), Guiné-Bissau (v. anexo n.º 5) e São Tomé e Príncipe (v. anexo n.º 6) a interpretação das respectivas balanças de pagamentos bilaterais é bastante simples.

Com *Cabo Verde* tem-se registado consecutivamente um *superavit* comercial favorável a Portugal e que explica, pelo menos, 80% do saldo da balança básica. Refira-se, do mesmo modo, que, exceptuando a rubrica de rendimentos de capitais e transportes, todas as restantes são favoráveis a Portugal.

Balança de pagamentos de Portugal com Moçambique
Saldos em milhares de contos

[QUADRO N.º 18]

	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
a) Transacções correntes	5 803	3 833	3 268	3 661	4 897	5 295	4 842	4 340	-942
Mercadorias	4 441	2 714	2 684	3 125	3 690	4 059	3 919	3 098	-1 264
Serviços e rendimentos	752	541	75	104	900	638	335	727	-70
Transferências unilaterais . . .	610	578	529	432	307	598	588	515	392
b) Capitais a médio e longo prazo	-13 166	-7 761	-7 291	-8 095	-3 818	-1 569	-4 824	-4 275	-7 685
Dos quais:									
Investimentos directos	-5	-16	0	357	78	-	-	-	-
Créditos comerciais	-7 194	-1 114	52	-306	1 161	-	-	-	-
Créditos financeiros	-15	(-)	0	7	0	-	-	-	-
Outros	-5 952	-6 631	-7 343	-8 153	-5 057	-	-	-	-
Dos quais:									
Cabora Bassa	(-5 952)	(-6 631)	(-7 343)	(-8 153)	(-5 057)	-	-	-	-
Sector privado	-	-	-	-	-	451	-592	-500	-4 081
Sector público	-	-	-	-	-	-2 020	-4 232	-3 775	-3 604
c) Balança básica	-7 363	-3 928	-4 023	-4 434	1 079	3 726	18	65	-8 627

Fonte: DEE do Banco de Portugal.

Merecem uma chamada de atenção particular as rubricas de turismo (viagens) e transferências unilaterais favoráveis a Portugal até 1989, o que significou, no primeiro caso, que as despesas do turismo português naquele país foram inferiores aos gastos associados à vinda de cidadãos cabo-verdianos a Portugal (onde reside uma larga comunidade) e, no segundo caso, que as transferências dos poucos portugueses trabalhando e vivendo em Cabo Verde superaram as remessas dos milhares de emigrantes cabo-verdianos que aqui trabalham. Contudo, a situação inverteu-se completamente nos primeiros anos da década de 90, com especial destaque para o défice desfavorável a Portugal no turismo, o qual, como se sabe, tem começado a entrar no roteiro do turismo internacional dos Portugueses.

No que se refere à *Guiné-Bissau*, cerca de 90% do saldo da balança básica provém da balança comercial, assumindo a rubrica das transferências unilaterais um apreciável *superavit* favorável a Portugal e de tendência crescente.

Finalmente, e no que respeita a *São Tomé e Príncipe*, uma vez mais o saldo da balança comercial contribui em mais de 90% para o saldo da balança de

transacções correntes e da balança básica, estas duas praticamente idênticas por ausência de movimentos significativos nas restantes rubricas.

5. O PROBLEMA DA DÍVIDA EXTERNA DOS PALOP COM PORTUGAL

A análise do problema da dívida externa dos PALOP relativamente a Portugal reveste-se de um simbolismo histórico assinalável.

À excepção de Cabo Verde, todos os restantes países têm vindo a acumular «atrasados», o que tem conduzido a negociações bilaterais tendentes a reescalonar os pagamentos dessas dívidas ou a perdoar parte delas.

Em 1973 a liquidação desses «atrasados» por parte de Angola e Moçambique, nomeadamente, processava-se pela mobilização dos recursos cambiais próprios disponíveis e pelo produto gerado pela emissão de títulos da dívida pública. Actualmente, não sendo possível utilizar este último instrumento e existindo uma rarefacção acentuada na disponibilidade cambial nesses países, o problema dos «atrasados» regressa à ribalta, sendo agora o reescalonamento da dívida o principal instrumento de resolução — a prazo — deste problema.

Os recursos orçamentais que Portugal pode mobilizar para apoiar as economias dos PALOP são necessariamente limitados. E foram-no, mais do que actualmente, durante a maior parte da década de 80. Tem-se exigido do Estado português um esforço financeiro que conduza o sector privado a continuar a arriscar, exportando e investindo nos PALOP.

O Estado faz automaticamente este esforço através da garantia que presta aos seguros de crédito COSEC. Ora no seguro COSEC há sempre um descoberto obrigatório, de pelo menos 10%, que o exportador não pode segurar e se transforma em pura perda, com sérios reflexos na rentabilidade da sua empresa. Esta perda acarreta, em geral, que o exportador se desinteressa de realizar operações futuras. As relações comerciais bilaterais podem decrescer bruscamente.

Reconhecendo esta situação, o Estado tem, nos vários casos a seguir referidos, resarcido o exportador, concedendo empréstimos aos governos locais para liquidarem estas dívidas dos descobertos obrigatórios.

Mas as exportações nacionais para países com risco elevado não podem ser todas protegidas com seguros de crédito COSEC. Uma parte considerável deverá basear-se apenas no risco bancário de que o mutuário desfruta e na garantia da autoridade cambial local de que procederá atempadamente à conversão do pagamento feito pelo mutuário em moeda local nas divisas estipuladas no contrato de exportação.

Ora é esta componente das exportações que é a mais ameaçada com a cessação brusca de pagamentos pelos PALOP.

O governo português já reconheceu, em várias situações, que é necessário facultar meios para que estas dívidas também venham a ser pagas, atendendo, nomeadamente, ao facto de que, em geral, se trata de pequenas e médias empresas nacionais, que, por não conseguirem cobrar estes créditos, ficam em situação financeira extremamente difícil, ameaçando falência.

Vejamos os casos que importa destacar em que o Estado português tomou medidas excepcionais em relação às situações focadas.

São Tomé e Príncipe — foram concedidos dois empréstimos, que totalizaram mais de uma dezena de milhões de dólares, para regularização das dívidas em atraso. No final de 1991 a dívida de médio e longo prazo a Portugal ascendia a 32 milhões de dólares (20% da dívida total de médio e longo prazo), da qual 30 milhões eram créditos de bancos comerciais. Quanto à dívida de curto prazo a Portugal (30% da dívida total de curto prazo do país), ela atingia 2,9 milhões de dólares como dívida bilateral, 7,7 milhões a bancos comerciais e 4,5 milhões de dólares a fornecedores portugueses não segurados³⁶.

Guiné-Bissau — houve um empréstimo a este país, em Junho de 1987, para regularizar dívidas decorrentes de dois empréstimos, totalizando 24 milhões de dólares, concedidos em anos anteriores por um sindicato bancário português e de incumprimentos com garantia COSEC verificados posteriormente. Fixaram-se neste empréstimo de 1987 juros à *libor* a seis meses acrescidos de um *spread* de 2%. Deve destacar-se que a dívida, reescalonada, atingiu cerca de 4 milhões de contos, dos quais apenas 1,1 milhões de contos respeitavam a incumprimentos com garantia COSEC.

Em relação a *Moçambique*, o montante de indemnizações pagas por sinistros com garantia COSEC ascendeu, até meados de 1993, a cerca de 30 milhões de contos.

O primeiro reescalonamento da dívida, efectuado por um sindicato bancário, no montante de 173 milhões de dólares, gozou de garantia do Estado português de 100% e abrangeu créditos de exportação não cobertos por seguros COSEC.

O segundo reescalonamento, acordado em Setembro de 1989, no montante de 70 milhões de dólares, foi acompanhado por dois empréstimos concedidos pelo Estado português, em 1989 e em 1991, que totalizaram cerca de 25 milhões de dólares. Em grande parte foram destinados ao pagamento dos descobertos obrigatórios em seguros de crédito COSEC e em operações de exportação de mercadorias não cobertas por este seguro.

No âmbito deste segundo reescalonamento, procedeu-se em Julho de 1993 a um concurso público³⁷ de alienação de parte da dívida de Moçambique a Portugal, o qual permitiu ofertas de aquisição da mesma no valor de 17,5 milhões de dólares, correspondendo a 25% do montante que foi objecto deste segundo reescalonamento. O montante disponível para alienação foi totalmente atribuído e o valor médio das propostas de aquisição atingiu os 13,84 cêntimos por dólar.

Por último, o terceiro reescalonamento, no montante de 145 milhões de dólares, vai continuar a manter a possibilidade de compra da dívida com desconto para investimento empresarial português em Moçambique.

Este tipo de operação acordado constitui, sem dúvida, um forte estímulo ao aumento da presença de interesses portugueses neste país, sendo que a trans-

³⁶ V. Oliveira (1993), p.10.

³⁷ Concurso autorizado pelo despacho do ministro das Finanças n.º 24/93-XII, de 19 de Maio de 1993.

formação dos créditos que Portugal detém sobre Moçambique em capital de empresas moçambicanas opera-se através de duas operações distintas: a alienação daqueles créditos a potenciais investidores em Moçambique e a conversão dos mesmos em investimento directo estrangeiro. Pensa-se, na próxima operação de alienação de dívida, permitir que os créditos adquiridos possam ser igualmente convertidos para aplicação no financiamento de custos locais³⁸.

No caso de *Angola*, a grave situação político-militar e económica, associada a um aumento espectacular das exportações portuguesas entre 1990 e 1992, conduziu este país a suspender unilateralmente os pagamentos devidos às empresas portuguesas.

Esta situação apenas ocorreu uma vez em 1986 e prolongou-se por mais de um ano, o que permitiu criar então três instrumentos que deram segurança e regularidade nos pagamentos até Outubro de 1992: o Evergreen Crude Petroleum Sales Contract³⁹, de 6 de Maio de 1987 a Convenção entre o Banco de Portugal e o Banco Nacional de Angola (BNA)⁴⁰, de 6 de Julho de 1987, e a Convenção COSEC/BNA⁴¹, que acompanha as duas anteriores.

Contudo, e pelas razões já apresentadas, a suspensão dos pagamentos por parte de Angola conduziu a que em Maio de 1994 o valor global da dívida contratada entre aquele país e Portugal, já vencida e vincenda, atingisse 1,4 mil milhões de dólares, dos quais 900 milhões vencidos até 31 de Dezembro de 1993. Desta dívida vencida, metade está abrangida pela garantia do Estado ou pelo acordo do petróleo e a restante foi assumida directamente junto das instituições de crédito e dos exportadores. O incumprimento do pagamento das dívidas comerciais garantidas pelo seguro COSEC deverá atingir em 1994 cerca de 28 milhões de contos, pelo que, para que os empresários portugueses possam continuar a abastecer minimamente Angola, o Estado português terá de manter a cobertura dos sinistros garantidos pela COSEC.

Para tentar solucionar este problema foi assinado em Junho de 1994, em Luanda, o Acordo de Base para a Regularização da Dívida de Angola a Portugal⁴². Está previsto neste acordo não só a retoma do fornecimento de petróleo desde 1 de Janeiro de 1994 e a sua elevação para 25 000 barris/dia a partir de 1 de Outubro de 1995, como também a manutenção em vigor e o acatamento da disciplina prevista nos três instrumentos acima aludidos.

Por outro lado, e com o objectivo de aliviar a pressão sobre o acordo do petróleo, o Estado português aceitou reescalonar os seus créditos de médio e

³⁸ V. Montalvão (1993).

³⁹ Este acordo, celebrado entre a Petrogal e a Sonangol, assegurou fornecimentos de 10 000 barris diários de petróleo e foi actualizado em 1991 e 1992 até atingir 20 000 barris/dia.

⁴⁰ Esta convenção regula a aplicação da totalidade dos fluxos cambiais provenientes de fornecimento de petróleo e foi actualizada em 1991 e 1992.

⁴¹ Prevê uma facilidade de crédito de médio e longo prazo, tipo *revolving*, até 310 milhões de dólares e um *plafond* de 150 milhões de dólares, também *revolving*, para linhas de crédito de curto prazo.

⁴² Sobre esta questão baseámo-nos em Carvalho (1994).

longo prazo por dez anos, incluindo dois de carência, e os de curto prazo por sete anos, incluindo igualmente dois de carência. Simultaneamente a estas medidas, o Estado português: (a) aceitou reescalonar os créditos oficiais que venceram até final de 1994, para além dos entretanto vencidos; (b) concedeu garantias a um novo financiamento de 15 milhões de dólares para que Angola salde os seus compromissos relativos aos descobertos obrigatórios das operações de médio e longo prazo com garantia do Estado e em curso de indemnização na parte coberta; (c) autorizou um novo *plafond* de 100 milhões de dólares a incluir no acordo do petróleo com a finalidade de regularização dos créditos dos exportadores sem garantia do Estado e concedidos fora do acordo do petróleo; (d) finalmente, autorizou um novo *plafond* de 130 milhões de dólares a incluir no acordo do petróleo para permitir a regularização do serviço dos créditos interbancários sem garantia do Estado e estabelecidos fora daquele acordo.

Finalmente, e tal como já acontece com a regularização da dívida moçambicana, as autoridades portuguesas propuseram à consideração do governo angolano a possibilidade futura de conversão de créditos em capital e dação em pagamento.

6. CONCLUSÃO: VELHOS PROBLEMAS, OS MESMOS PROBLEMAS?

Decorridos vinte anos sobre a descolonização do império português em África, os países africanos de língua oficial portuguesa continuam a estar em Portugal no centro de acalorados debates sobre o tipo de relacionamento de que devem ser alvo. Especial, preferencial, estratégico, são as principais propostas em discussão, tendo-se presente, em contraponto, a importância do reforço da integração do país na Europa comunitária. É o velho debate que atravessou particularmente a sociedade portuguesa nas décadas de 60 e 70, até ao 25 de Abril de 1974: mais África ou mais Europa? Esta questão era, na altura como agora, equacionada a partir de premissas de carácter económico e político.

A importância económica que o então Espaço Económico Português apresentava para Portugal era evidente, entendida quer na óptica do comércio externo, do investimento ou das reservas cambiais⁴³. Com a descolonização, num primeiro momento, e com a adesão de Portugal à CEE, posteriormente, o centro de gravidade e o direcionamento da economia portuguesa deslocaram-se inequivocavelmente para a Europa.

Contudo, o desmantelamento do império colonial em África não tinha (como não teve) de significar o fim do relacionamento económico bilateral. Aquilo a que se assistiu num primeiro momento por parte dos actuais PALOP foi a uma espécie de «exorcismo político-económico»⁴⁴ que procurou, de modo legítimo, diversificar as suas relações económicas externas, conduzindo os países a encetarem contactos com novas fontes de oferta de importações e capitais, o que resulta geralmente numa diminuição da posição da ex-metrópole⁴⁵. Passados que foram os primeiros anos de

⁴³ A este propósito, v., por exemplo, Rocha (1977 e 1982).

⁴⁴ V. Kleiman (1976) num estudo de aplicação prática a esta questão.

⁴⁵ Conforme Kleiman (1977) o demonstra.

independência, de novo se aproximaram de Portugal⁴⁶, o que, dentro da nova inserção económico-geográfica da economia portuguesa, parece ter encontrado algum eco.

É certo que esta resposta teve maior incidência na área do comércio externo, nomeadamente por um aumento das exportações portuguesas em valor. Tanto as importações oriundas desses países como o investimento português nesses mercados não alcançaram os níveis que ambas as partes proclamam desejarem, mas devem ser explicados, em grande parte, pela ausência de condições internas nos PALOP que permitam produzir e exportar ou atrair o investidor português.

Estas debilidades conjunturais e estruturais das economias dos PALOP têm-se traduzido em dificuldades crescentes para mobilizar recursos externos para projectos nacionais e assegurar importações para satisfazer a sua procura interna. O corolário desta situação é o aparecimento de um «velho» problema, isto é, a acumulação de «atrasados» nos compromissos de pagamento a Portugal.

Em suma, este artigo mostrou o actual significado e importância económica dos PALOP no contexto das relações económicas externas de Portugal. Ficou evidenciado o seu papel relativamente exíguo quando entendido como bloco de países, embora a nível individual (o caso de Angola) ou numa perspectiva sectorial possa redimensionar-se esta importância.

Os laços culturais e os hábitos de consumo que foram criados ao longo de décénios não podem desaparecer ou ser alterados rapidamente. Porém, e embora pareça legítima a expectativa de que aqueles laços possam favorecer o comércio e o investimento⁴⁷, eles não são em caso algum a condição necessária para o seu estabelecimento e muito menos condição suficiente para garantirem uma posição dominante (de Portugal) face a outros países concorrentes.

O retorno às origens (despido de carga política depreciativa) pode significar definitivamente que a «inérgia negocial»⁴⁸ e o pragmatismo económico contribuem mais para um reforço do relacionamento económico do que as deliberações políticas. O novo problema da construção de uma comunidade dos países de língua portuguesa parece herdar, assim, o mesmo e velho problema da construção do Espaço Económico Português.

BIBLIOGRAFIA

- BANCO DE PORTUGAL (1977-1992), *Informação Estatística sobre Balança de Pagamentos Externos*, DEE, Lisboa.
- BANCO DE PORTUGAL (1973-1993), *Relatório do Banco de Portugal*, Lisboa.
- BRITO, P. (1991), «São Tomé e Príncipe, 1975-1990: evolução da economia e das relações económicas com Portugal», in *Portugal-PALOP: as Relações Económicas e Financeiras* (Adelino Torres, coord.), col. «Estudos sobre África», n.º 2, ed. Escher, Lisboa, pp. 173-213.

⁴⁶ Sobre os efeitos do relacionamento preferencial colonial e posterior desmantelamento entre Angola e Portugal, v. Ferreira (1990).

⁴⁷ V., por exemplo, o caso estudado por Kleiman (1978).

⁴⁸ Livingstone (1976), p. 211.

- CARVALHO, F. E. (1994), «Normalização das relações financeiras entre Portugal e Angola», comunicação apresentada no Encontro da Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Angola, Julho, Lisboa.
- CASSOLA, N. (1991), «República da Guiné-Bissau: relações externas e relações com Portugal», in *Portugal-PALOP: as Relações Económicas e Financeiras* (Adelino Torres, coord.), col. «Estudos sobre África», n.º 2, ed. Escher, Lisboa, pp. 121-141.
- DGCE — Direcção-Geral do Comércio Externo (1990), *Evolução do Comércio Externo: Análise Anual (1989)*, MCT, Lisboa.
- DGCE — Direcção-Geral do Comércio Externo (1992), *Evolução do Comércio Externo: Análise Anual (1991)*, MCT, Lisboa.
- DGCE — Direcção-Geral do Comércio Externo (1993), *Evolução do Comércio Externo em 1992*, MCT, Lisboa.
- ESTÊVÃO, J. (1991), «O sector externo da economia cabo-verdiana e as relações bilaterais com Portugal», in *Portugal-PALOP: as Relações Económicas e Financeiras* (Adelino Torres, coord.), col. «Estudos sobre África», n.º 2, ed. Escher, Lisboa, pp. 85-119.
- FERREIRA, M. Ennes (1986), «Caracterização empresarial, estrutura e condicionantes das exportações portuguesas para Angola (1976-1984)», in *Estudos de Economia*, vol. vi, n.º 3, Instituto Superior de Economia, Lisboa, pp. 385-409.
- FERREIRA, M. Ennes (1990a), *Angola-Portugal: do Espaço Económico Português às Relações Pós-Coloniais*, col. «Estudos sobre África», n.º 1, ed. Escher, Lisboa, 219 páginas.
- FERREIRA, M. Ennes (1991), «Características e tendências das relações económicas e financeiras entre Portugal e a R. P. Angola (1976-1989)», in *Portugal-Palop: as Relações Económicas e Financeiras* (Adelino Torres, coord.), col. «Estudos sobre África», n.º 2, ed. Escher, Lisboa, pp. 49-84.
- FERREIRA, M. Ennes (1991a), «Portugal e a integração económica regional», in *Afrique Austral, o Desafio do Futuro: Integração Nacional e Integração Regional*, col. «Estudos Africanos», n.º 2, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa, pp. 101-113.
- FERREIRA, M. Ennes (1992), «Reformas económicas em Angola», in *Studia Africana*, n.º 3, Centre d'Estudis Africans, Universidade de Barcelona, Espanha, pp. 27-40.
- FERREIRA, M. Ennes (1992a), «Um balanço do investimento português em Angola», in *Investimento Português em Angola*, col. «Cadernos Económicos Portugal-Angola», n.º 6, Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Angola, Lisboa, pp. 45-54.
- FERREIRA, M. Ennes (1992b), «Despesas militares e ambiente condicionador na política económica em Angola (1975-1992)», in *Estudos de Economia*, vol. XII, n.º 2, Lisboa, pp. 419-438.
- FERREIRA, M. Ennes (1992c), «Portugal e o mercado africano: da realidade às potencialidades», in *Análise Comparada de Mercados* (Ramos Silva, coord.), vol. II, colecção «Estratégia de Exportação», CEDIN/ISEG, Lisboa, pp. 273-351.
- FERREIRA, M. Ennes (1993), *Angola: da Política Económica às Relações Económicas com Portugal*, col. «CCIPA», n.º 7, Lisboa, 96 páginas.
- ICEP — Instituto de Comércio Externo de Portugal (1992), *Anuário Portugal-África (1992)*, Lisboa.
- ICEP — Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal (1992a), *Programa de Apoio à Internacionalização das Empresas Portuguesas*, Lisboa.
- ICEP — Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal (1994), *Portugal: Relações Económicas com Países de Língua Portuguesa*, Lisboa, 90 páginas.
- INE — Instituto Nacional de Estatística (1990), *Boletim Mensal das Estatísticas do Comércio Externo*, n.º 12, Lisboa.
- INE — Instituto Nacional de Estatística (1991), *Estatísticas do Comércio Externo*, Lisboa.
- INE — Instituto Nacional de Estatística (1992), *Estatísticas do Comércio Externo*, Lisboa.
- INE — Instituto Nacional de Estatística (1992a), *Comércio Externo: Apreciação Geral (1991)*, Lisboa.
- INE — Instituto Nacional de Estatística (1993), *Comércio Externo: Apreciação Geral (1992)*, Lisboa.
- INE — Instituto Nacional de Estatística (1993a), *Comércio Internacional*, n.º 11, Lisboa.
- INE — Instituto Nacional de Estatística (1994), *Comércio Internacional*, Janeiro-Junho, Lisboa.
- KLEIMAN, E. (1976), «Trade and the decline of colonialism», in *The Economic Journal*, 86, Setembro, pp. 459-480.

- KLEIMAN, E. (1977), «Heirs to colonial trade», in *Journal of Development Economics*, 4, pp. 93-103.
- KLEIMAN, E. (1978), «Cultural ties and trade: Spain's role in Latin America», in *Kyklos*, vol. 31, fasc. 2, pp. 275-290.
- LIVINGSTONE, I. (1976), «The impact of colonialism and independence on export growth in Britain and France», in *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, vol. 38, n.º 3, pp. 211-218.
- MONTALVÃO, G. (1993), «Conversão da dívida de Moçambique em capital de empresas moçambicanas», in *Boletim do Grupo BFE*, n.º 1, Novembro, Lisboa, pp. 22-23.
- OLIVEIRA, J. C. (1993), *A Economia de S. Tomé e Príncipe*, ed. ICE/IICT, Lisboa.
- REVISTA África Mais (1992), n.º 7, Agosto, Lisboa.
- ROCHA, E. (1977), «Portugal, anos 60: crescimento económico acelerado e papel das relações com as colónias», in *Análise Social*, vol. XIII (51), pp. 593-617, Lisboa.
- ROCHA, E. (1982), «Colónias e exportação de mão-de-obra como fontes de divisas: considerações sobre a contribuição dos emigrantes para o subdesenvolvimento económico português», in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), pp. 1053-1075, Lisboa.
- ROLO, J. M. (1987), *Redescobrir a África*, col. «Aproximações e Ensaios», n.º 2, ed. ICS da Universidade de Lisboa, 232 páginas.
- TORRES, A. (coord.) (1991), *Portugal-PALOP: as Relações Económicas e Financeiras*, col. «Estudos sobre África», n.º 2, ed. Escher, Lisboa, 217 páginas.
- TORRES, A. (1991a), «República de Moçambique: desenvolvimento, relações externas e relações com Portugal», in *Portugal-PALOP: as Relações Económicas e Financeiras*, col. «Estudos sobre África», n.º 2, ed. Escher, Lisboa, pp. 141-171.

ANEXO N.º 1

Comércio externo português com Angola e Moçambique: peso relativo no comércio externo total de Portugal
Em percentagem

	1973				1991				1992				1993			
	Exportações para		Importações de		Exportações para		Importações de		Exportações para		Importações de		Exportações para		Importações de	
	Angola	Moçambique	Angola	Moçambique												
Animais vivos e produtos do reino animal	15,41	5,94	10,31	5,92	6,20	0,05	—	0,48	14,11	0,05	0,00	0,79	14,58	0,23	0,03	0,33
Produtos do reino vegetal	4,18	1,75	16,37	4,43	20,11	0,18	0,26	0,15	8,34	0,05	0,29	0,19	5,29	0,13	0,23	0,05
Gorduras e óleos gordos	22,65	9,26	4,52	14,14	40,48	0,43	—	—	28,82	0,77	0,09	—	20,53	2,17	—	—
Produtos da indústria alimentar, bebidas	7,10	2,78	6,46	21,14	12,25	0,56	0,00	—	18,20	0,58	—	—	7,76	0,60	0,00	—
Produtos minerais	1,76	2,72	9,75	1,66	0,70	0,08	3,82	—	0,50	0,07	3,60	0,00	0,43	0,07	0,00	0,02
Produtos das indústrias químicas e conexas	16,42	6,40	0,02	0,05	7,29	0,51	0,00	0,00	8,12	0,59	0,00	0,00	3,94	0,77	0,00	—
Matérias plásticas artificiais, esteres da celulose, etc.	19,59	25,45	0,07	—	3,14	0,22	0,00	0,00	5,16	0,29	0,00	0,01	2,15	0,47	0,00	—
Peles e couros	8,85	5,55	4,93	2,71	1,67	0,11	—	—	12,76	0,08	0,02	0,01	2,15	0,10	0,00	0,01
Madeira, carvão vegetal, obras de madeira, cortiça	0,51	0,35	24,06	2,07	0,33	0,06	—	0,05	0,27	0,01	0,04	0,00	0,15	0,00	0,01	0,01
Matérias para o fabrico de papel; papel e suas obras	2,30	1,73	0,06	0,01	1,75	0,24	0,00	0,00	1,37	0,10	0,00	—	0,80	0,09	0,00	—
Matérias têxteis e suas obras	6,64	4,50	7,46	9,09	1,62	0,13	—	0,34	2,18	0,07	0,00	0,64	0,91	0,04	0,00	0,58
Calçado e chapéus	11,45	6,16	0,00	0,02	2,31	0,02	—	—	3,61	0,03	—	0,36	1,33	0,02	—	—
Obras de pedra, gesso e cimento	9,43	8,10	0,00	0,03	1,44	0,17	—	—	2,16	0,13	0,00	—	0,75	0,18	0,00	—
Pérolas, metais preciosos, etc.	0,20	0,10	91,05	—	0,26	0,08	0,11	—	0,92	0,04	6,86	0,00	0,16	0,04	0,35	—
Metais comuns e suas obras	17,45	11,65	0,13	0,16	6,15	0,51	0,00	0,02	7,94	0,42	0,00	0,10	4,11	0,88	0,01	0,08
Máquinas e aparelhos; material eléctrico	9,32	5,84	0,02	0,00	4,32	0,58	0,01	0,00	4,46	0,42	0,01	0,00	1,97	0,50	0,01	0,01
Material de transporte	8,86	30,92	0,03	0,02	2,46	0,06	0,01	0,00	5,12	0,07	0,01	0,00	2,93	0,13	0,01	0,00
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc.	4,88	2,69	0,04	0,01	4,78	0,55	0,00	0,00	5,58	0,71	0,00	0,01	3,46	0,57	0,00	0,01
Armas e munições	13,20	12,08	0,02	0,03	0,11	—	—	—	0,32	—	—	—	0,14	0,01	—	—
Mercadorias e produtos diversos	18,08	8,18	0,01	0,01	10,31	0,52	0,00	0,00	13,35	0,30	0,00	0,00	11,78	0,48	0,00	0,00
Objectos de arte e de coleção	4,16	6,78	0,62	1,44	6,60	0,01	0,05	0,49	2,22	0,15	—	0,58	9,91	0,03	—	0,88
<i>Total</i>	7,20	4,96	6,37	2,97	3,36	0,24	0,38	0,06	4,48	0,18	0,38	0,12	2,23	0,24	0,02	0,08

Nota. — O sinal — significa ausência de trocas comerciais, enquanto 0 corresponde a exportações e importações de montantes reduzidos.

Fonte: Cálculos elaborados pelo autor a partir de estatísticas do comércio externo.

ANEXO N.º 2

Estrutura do investimento português em Angola por sectores de actividade
Em percentagem

Sectores de actividade	1989	1990	1991	1992
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	0,00	0,00	12,50	5,63
Indústrias extractivas	17,35	51,96	64,40	11,70
Indústrias transformadoras	0,04	0,96	1,26	26,20
Construção e obras públicas	77,07	21,11	4,46	0,45
Comércio por grosso/retalho, restaurantes, hotéis	3,55	21,35	11,70	44,20
Transportes, armazéns, comunicações	1,11	0,00	0,86	0,00
Bancos, OIMS, seguros, imobiliário, serviços a empresas	0,48	4,71	4,68	11,60
<i>Valor (milhares de contos)</i>	<i>520</i>	<i>273</i>	<i>470</i>	<i>1775</i>

Fonte: Banco de Portugal.

ANEXO N.º 3

Estrutura do investimento português em Moçambique por sectores de actividade
Em percentagem

Sectores de actividade	1988	1990	1991	1992
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	0,0	0,0	7,6	45,8
Indústrias extractivas	0,0	0,0	5,6	0,0
Indústrias transformadoras	21,0	2,5	35,3	23,4
Construção e obras públicas	2,6	94,7	34,0	0,0
Comércio por grosso/retalho, restaurantes, hotéis	0,0	0,0	5,8	6,2
Transportes, armazéns, comunicações	23,7	0,0	7,0	0,7
Bancos, OIMS, seguros, imobiliário, serviços a empresas	52,7	2,8	4,2	24,2
<i>Valor (milhares de contos)</i>	<i>38</i>	<i>626</i>	<i>444</i>	<i>273</i>

Fonte: Banco de Portugal.

ANEXO N.º 4

Balança de pagamentos bilateral Portugal-Cabo Verde
Saldos em milhares de contos

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Transacções correntes	4 849	4 787	5 637	5 968	7 025	6 876	6 680
Mercadorias	4 474	4 828	5 130	5 299	7 016	7 011	7 234
Serviços e rendimentos	264	- 152	403	594	- 37	- 168	- 540
Fretes (mercadorias)	17	6	- 1	155	-	-	-
Outros transportes	- 53	- 29	126	- 121	-	-	-
Seguros	73	16	11	66	12	48	- 1
Viagens	144	- 54	147	414	-	-	-
Transportes	-	-	-	-	252	291	114
Turismo	-	-	-	-	- 144	- 267	- 234
Rendimentos de capitais....	2	- 3	22	- 20	- 3	- 2	0
Outros.	81	- 88	98	100	-	-	-
Estado	-	-	-	-	- 72	- 47	- 84
Diversos	-	-	-	-	- 82	- 191	- 335
Transferências unilaterais	111	111	104	75	46	33	- 14
Capitais a médio e longo prazo ..	1	- 1 647	34	- 12	- 74	- 211	85
Investimentos directos	- 31	- 33	- 5	- 14	-	-	-
Outros capitais	32	- 1 614	39	2	-	-	-
Créditos comerciais	32	- 1 577	32	2	-	-	-
Outros	-	- 37	7	-	-	-	-
Sector privado	-	-	-	-	- 74	- 211	85
Sector público	-	-	-	-	-	-	-
Balança básica	4 850	3 140	5 671	5 671	6 951	6 665	6 765

Fonte: DEE do Banco de Portugal.

ANEXO N.º 5

Balança de pagamentos bilateral Portugal-Guiné-Bissau
Saldos em milhões de escudos

	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1989	1990	1991	1992
Transacções correntes	153	357	623	691	726	1 845	770	1 047	1 686	1 052	4 000	5 878	4 242	3 069
Mercadorias	129	316	532	627	704	1 862	745	919	1 585	894	3 733	5 433	4 031	2 782
Serviços e rendimentos	31	34	64	48	8	-12	-2	82	-45	82	214	331	84	140
Turismo	8	5	14	10	7	-	8	7	7	12	16	42	43	42
Transportes e seguros	8	19	29	24	-4	4	0	26	10	6	4	-54	-26	134
Rendimentos de capitais	1	-4	8	1	-	12	15	40	56	54	37	-14	-9	-5
Estado	5	4	-	-3	-8	-21	-27	-15	-45	-45	-58	-70	-54	-25
Diversos	9	10	13	16	13	-7	2	24	17	55	215	427	130	-6
Transferências unilaterais	-7	7	27	16	14	-5	27	46	56	76	53	114	127	147
Capitais a médio e longo prazo ...	-10	2	-	17	-73	1	2	638	-4 161	18	-374	-288	-304	-604
IDE	-	-	-	-	-90	-	-	-2	-12	-12	-	-	-	-
Créditos comerciais	-10	3	-	17	17	1	48	640	-45	30	-	-	-	-
Créditos financeiros	-	-1	-	-	-	-	-46	-	-4 092	-	-	-	-	-
Sector privado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-374	-288	-304	-604
Sector público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balança básica	143	359	623	708	653	1 846	772	1 685	-2 475	1 070	3 626	5 590	3 938	2 465

Fonte: DEE do Banco de Portugal.

ANEXO N.º 6

Balança de pagamentos bilateral entre Portugal e São Tomé e Príncipe
Saldos em milhares de contos

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
a) Transacções correntes	613	760	1 018	1 407	1 550	1 546	1 443
Mercadorias	530	717	614	1 365	1 515	1 545	1 427
Serviços e rendimentos	40	21	188	30	40	-8	17
Transferências unilaterais	43	22	16	12	-5	9	-1
b) Capitais a médio e longo prazo	1	1	-10	0	-148	0	6
Dos quais:							
Investimentos directos	0	0	-1	0	-	-	-
Créditos comerciais	1	1	-4	0	-	-	-
Créditos financeiros	0	0	0	0	-	-	-
Sector privado	-	-	-	-	-148	0	6
Sector público	-	-	-	-	0	0	0
Outros	0	0	-5	0	-	-	-
c) Balança básica	614	761	1 013	1 407	1 402	1 546	1 449